



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DA SALA
REGULAR PARA ALUNOS COM AUTISMO EM UMA ESCOLA
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MÉDIO NO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO.**

Giancarlo Christian Correia Baptista

Asunción, Paraguay

2024

Giancarlo Christian Correia Baptista

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DA SALA
REGULAR PARA ALUNOS COM AUTISMO EM UMA ESCOLA
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MÉDIO NO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

Tesis presentada al curso de Maestría en Ciencias de la Educación de la Universidad
Autónoma de Asunción, como parte de los requisitos para la obtención del título de Máster
en Ciencias de la Educación

Orientador: Prof.º Dr. º José Antonio Torres González

Asunción, Paraguay

2024

As práticas pedagógicas dos professores... III

FICHA CATALOGRÁFICA

Baptista, Giancarlo Christian Correia

As práticas pedagógicas dos professores da sala regular para alunos com autismo em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental Médio no estado do Espírito Santo / Giancarlo Christian Correia Baptista

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação - Universidad Autónoma de Asunción UAA. Asunción- Paraguay, 2024.

Orientador: Prof.º Dr. ° José Antonio Torres González

Palavras Chave: 1. Autismo 2. Inclusão Escolar 3. Formação docente

Código da biblioteca.....

As práticas pedagógicas dos professores... IV

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DA SALA REGULAR PARA ALUNOS COM AUTISMO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MÉDIO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Esta Tesis fue evaluada y aprobada en ____/____/____ para la obtención del Master en

Miembros de la Mesa Examinadora

Nombre Firma

Prof.

Prof.

Prof.

Nota final: _____

Asunción, Paraguay _____ de _____ de _____
As práticas pedagógicas dos professores... V

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, em meu destino e a minha família que sempre oraram para conseguir chegar no final dessa jornada!

As práticas pedagógicas dos professores... VI

Primeiramente, quero agradecer a Deus, por ter me dado o dom da vida e inteligência para seguir essa jornada. Sua orientação e luz me deram força para concluir mais essa etapa em minha vida. As dificuldades vivenciadas serviram de fortalecimento e crescimento pessoal.

A minha mãe e aos meus irmãos pelas palavras de incentivo e orações para que eu pudesse seguir em frente, sem esmorecer. A todos os professores que nos transmitiram experiências e conhecimentos.

Em especial ao meu orientador Prof. Dr. José Antônio Torres González, dando suporte necessário para a elaboração dessa dissertação.

Aos professores da escola E.E.E.F.M. Marinete de Souza Lira e a todos que participaram da pesquisa pela disponibilidade e colaboração no processo de obtenção dos dados, fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Aos colaboradores da Universidade Autónoma de Asunción pelo acolhimento e auxílio nos momentos necessários.

Aos meus amigos e colegas de turma que estiveram comigo nessa caminhada e que tanto me motivaram a continuar, apesar das dificuldades.

As práticas pedagógicas dos professores... VII

“O autismo não é um quebra-cabeça a ser resolvido. É um ser humano a ser compreendido.”

Michael McCreary

As práticas pedagógicas dos professores... VIII

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE Atendimento Educacional Especializado

BPC Benefício da Prestação Continuada

cadÚnico Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CEB Câmara de Educação Básica

CF Constituição Federal

CID Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

CIE Cédula de Identidade de Estrangeiro

CIPTEA Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

CNE Conselho Nacional de Educação

CPF Cadastro de Pessoas Físicas

CRAS Centro de Referência de Assistência Social

CRNM Carteira de Registro Nacional Migratório

DPRNM Documento Provisório de Registro Nacional Migratório

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

EE Educação Especial

EEEFM Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marinete Souza Lira

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEA Lei de Educação para Todos os Deficientes

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **INSS**

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **LDB** Lei de diretrizes e bases

LDBEN Lei de diretrizes e bases da educação nacional.

LBI Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa

LOAS Lei Orgânica da Assistência Social

MEC Ministério da Educação

PCNs Parâmetros Curriculares Nacionais

PDI Plano de Desenvolvimento Individual

PIB Produto Interno Bruto

RG Registro Geral

As práticas pedagógicas dos professores... IX

SRM Sala de Recurso Multifuncional

TEA Transtorno do Espectro Autista

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

As práticas pedagógicas dos professores... X

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista -

TEA.....	pág.31
Figura 2 Cordão de Girassol.....	pág.38
Figura 3 Lista de escolas do município de Rosa.....	pág.56
Figura 4 Turmas e Matrículas da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marinete Souza Lira (EEEFM).....	pág.66
Figura 5 Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marinete Souza Lira (EEEFM).....	pág.67
As práticas pedagógicas dos professores... XI	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Profissionais da escola que trabalham no contexto da inclusão.....	pág.63
Tabela 2 Planilha de alunos com deficiência matriculado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marinete Souza Lira (EEEFM) no ano de 2024.....	pág.64
Tabela 3 Estrutura física da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marinete Souza Lira (EEEFM).....	pág.65
Tabela 4 Amostra participante.....	pág.69
Tabela 5 O planejamento das práticas pedagógicas dos professores atender às necessidades específicas dos alunos com Autismo.....	pág.77
Tabela 6 As estratégias pedagógicas adotadas pelos professores para promover a participação ativa e a compreensão dos conteúdos para os alunos com Autismo.....	pág.79
Tabela 7 O processo de avaliação e monitoramento dos alunos com Autismo.....	pág.81
Tabela 8 Os recursos pedagógicos disponibilizados pelos professores para os alunos com Autismo para facilitar a participação e compreensão das atividades escolares.....	pág.83

Tabela 9 O acompanhamento do progresso acadêmico e socioemocional dos alunos com Autismo realizado pelo professor.....	pág.85
Tabela 10 A maior dificuldade enfrentada na rotina da inclusão do aluno com autismo.....	pág.86
Tabela 11 Os tipos de auxílio para os alunos com autismo na Sala de Recurso Multifuncional.....	pág.89
Tabela 12 Medidas tomadas pelo professor para que a família acredite no processo de inclusão escolar.....	pág.90
As práticas pedagógicas dos professores... XII	
Tabela 13 A concepção do professor a respeito da educação inclusiva.....	pág.92
Tabela 14 A oferta da formação continuada aos professores com estudantes autistas pela escola.....	pág.94
Tabela 15 Os desafios encontrados pelos professores para a inclusão dos estudantes com autismo.....	pág.95
Tabela 16 A oferta de palestras a família sobre o Transtorno do Espectro Autista.....	pág.96
Tabela 17 A relação família X escola.....	pág.98
Tabela 18 Como o professor se sente diante da inclusão escolar com alunos autistas.....	pág.99
Tabela 19 A contribuição da formação acadêmica no processo de inclusão para alunos com autismo.....	pág.101
As práticas pedagógicas dos professores... XIII	

RESUMEN

El presente estudio investigó las prácticas pedagógicas de profesores de aula regular para estudiantes con autismo en una escuela primaria estatal en el estado de Espírito Santo. El objetivo del trabajo fue informar cómo ocurren estas prácticas, identificando las adaptaciones que realizan los docentes con los estudiantes con autismo. La investigación adoptó un enfoque cualitativo, con una muestra de diez docentes que tienen estudiantes con autismo en sus aulas. Se utilizaron entrevistas para recopilar datos y los resultados revelaron una variedad de prácticas pedagógicas adoptadas por los docentes, incluido el uso de recursos visuales, la implementación de rutinas estructuradas y la realización de actividades adaptadas. Al comprender e identificar las adaptaciones realizadas por los profesores a los estudiantes con autismo, la escuela promueve una cultura de inclusión más eficaz. Sugerimos que la escuela promueva encuentros entre docentes, permitiéndoles compartir recursos, estrategias y experiencias exitosas en la enseñanza de estudiantes con autismo, además de ofrecer capacitación continua a los docentes para que se fortalezca el proceso de inclusión.

Palabras clave: Autismo. Inclusión escolar. Formación docente.

As práticas pedagógicas dos professores... XIV

RESUMO

O presente estudo investigou as práticas pedagógicas dos professores da sala regular para alunos com autismo em uma escola estadual de ensino fundamental médio no estado do Espírito Santo. O objetivo do trabalho foi relatar como ocorrem essas práticas, identificando as adaptações realizadas pelos professores com alunos com autismo. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com uma amostra de dez professores que possuem alunos com autismo em suas salas de aula. Foram utilizadas a entrevista para coletar dados e os resultados revelaram uma variedade de práticas pedagógicas adotadas pelos professores, incluindo o uso de recursos visuais, a implementação de rotinas estruturadas e a realização

de atividades adaptadas. Ao compreender e identificar as adaptações realizadas pelos professores para alunos com autismo, a escola promove uma cultura de inclusão mais efetiva. Sugerimos à escola a promoção de encontros entre professores, permitindo que compartilhem recursos, estratégias e experiências bem-sucedidas no ensino de alunos com autismo, além da oferta de formação continuada para os professores para que o processo de inclusão se fortaleça.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão Escolar. Formação docente.

As práticas pedagógicas dos professores... XV

ABSTRACT

The present study investigated the pedagogical practices of regular classroom teachers for students with autism in a state elementary school in the state of Espírito Santo. The objective of the work was to report how these practices occur, identifying the adaptations made by teachers with students with autism. The research adopted a qualitative approach, with a sample of ten teachers who have students with autism in their classrooms. Interviews were used to collect data and the results revealed a variety of pedagogical practices adopted by teachers, including the use of visual resources, the implementation of structured routines and the carrying out of adapted activities. By understanding and identifying the adaptations made by teachers for students with autism, the school promotes a more effective culture of inclusion. We suggest that the school promote meetings between teachers, allowing them to share resources, strategies and successful experiences in teaching students with autism, in addition to offering continued training for teachers so that the inclusion process is strengthened.

Keywords: Autism. School inclusion. Teacher training.

As práticas pedagógicas dos professores... XVI

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	pág. viii
LISTA DE FIGURAS.....	pág. x
LISTA DE TABELAS.....	pág. xi
RESUMEN.....	pág. xiii
RESUMO.....	pág.xiv
ABSTRACT.....	pág. xv
INTRODUÇÃO.....	pág.1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO MUNDIAL.....	pág.7 1.1
O Autismo.....	pág.10 1.1.1
Autismo Clássico.....	pág.13 1.1.2
Síndrome de Asperger.....	pág.14 1.1.3
Autismo Regressivo.....	pág.14 1.2
Estratégias de ensino para alunos Autistas.....	pág.15 1.3 As adaptações curriculares no processo de inclusão escolar para
alunos com Autismo.....	pág.16 1.4
Variações individuais e necessidades educacionais específicas.	pág.18 2
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR PARA	
UMA AÇÃO INCLUSIVA E ACESSÍVEL.....	pág.21 2.1
A importância da formação docente do contexto da inclusão.	pág.22 2.2 O papel do professor no contexto da inclusão.....
pág.25 2.3 As leis que abraçam a inclusão.....	pág.27 2.3.1 A Lei Brenice Piana.....
pág.28 2.3.2 A Lei Romeo Mion.....	pág.30 2.3.3 A Lei nº 13.146/2015.....
pág.34	

As práticas pedagógicas dos professores... XVII

2.3.4 Outras Leis que contemplam a inclusão das pessoas com deficiências.....	pág.36 O
---	----------

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

AEE.....	pág.39	3.1 A
importância do professor da Sala de Recursos Multifuncionais.....		pág.43
3.1.1 . Desenvolvimento e uso de materiais didáticos acessíveis e adequados.....		3.4 Inclusão educacional no Brasil: implementação e eficácia das políticas legislativas.....
.....	3.2 Comunicação e	4
interação eficaz entre o professor e os alunos com autismo em sala de aula.....	MARCO TEÓRICO pág.45	pág.47
....		pág.48
3.3 Desafios e oportunidades: uma análise crítica das leis da inclusão na educação brasileira.....		pág.50 pág.52
.....		
4.1 O problema da investigação.....	pág.53	4.2
Objetivos da pesquisa.....	pág.55	4.2.1
Objetivo geral.....	pág.56	4.2.2
Objetivos específicos.....	pág.56	4.3
Contexto espacial e socioeconômico da pesquisa.....	pág.56	4.3.1
Delimitação da pesquisa.....	pág.59	4.4
População e amostra da pesquisa.....	pág.67	4.4.1
Professores.....	pág.68	4.5 Desenho da pesquisa.....
.....	pág.69	4.6 Elaboração e validação dos instrumentos da pesquisa.....
.....	pág.72	4.7 Técnicas e instrumentos de coleta de dados.....
.....	pág.72	4.7.1 O questionário.....
.....	pág.73	4.8 Técnicas de análise e interpretação dos dados.....
.....	pág.74	4.9 Procedimentos para a coleta de dados.....
.....	pág.75	

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS pág.76
CONCLUSÕES pág.103 RECOMENDAÇÕES pág.104 REFERÊNCIAS
pág.107 APÊNDICES pág.119

As práticas pedagógicas dos professores... 1

INTRODUÇÃO

O autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, interação social e comportamento, demandando abordagens pedagógicas específicas para atender às necessidades desses alunos em ambiente escolar (Gómez e Terán,2014), o que implica no reconhecendo as diferentes necessidades de cada aluno autista, por parte da escola e em especial os professores que precisam adotarem metodologias individualizadas, adaptando o currículo e materiais, para atender às suas carências específicas de aprendizado, compreendendo que o aluno é:

[...] sujeito de direito e foco central de toda ação educacional; garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é, por outro lado, objetivo primeiro de toda ação educacional. A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica (Brasil, 2004b, p. 8).

A escola que se diz inclusiva reconhece que todo aluno tem o direito a uma educação de qualidade, independente de suas características individuais o que implica no respeito, sua dignidade, garantindo-lhe acesso as oportunidades equitativa e igualitária para o desenvolvimento de seu potencial, que ora aos olhos do professor parece oculto.

Quando uma escola abraça a ideia de inclusão, ela não se limita apenas a admitir

alunos com diversas necessidades e características, mas também se compromete a criar um ambiente acolhedor e adaptável, onde todos os alunos se sintam valorizados e capacitados para alcançar o sucesso acadêmico e pessoal, requerendo um esforço conjunto de toda a comunidade escolar, incluindo diretores, professores, funcionários, pais e alunos. Nesse

As práticas pedagógicas dos professores... 2

contexto, afirmam Hattge, apud Klein e Hattge (2010, p. 37), que “a escola não é uma ilha. Ela está inserida em um contexto econômico, cultural e social, que produz significados e traz efeitos para o cotidiano da comunidade escolar que dela participa; portanto, alunos, professores, gestores, comunidade, devem participar desse contexto”. Dessa forma, vale ressaltar que a inclusão não é responsabilidade apenas da escola, mas de toda a comunidade escolar. É importante envolver os pais, responsáveis e alunos no processo de inclusão, ouvindo suas opiniões, preocupações e sugestões, e trabalhando em parceria para garantir o sucesso de todos.

É visto na sociedade que a inclusão atualmente vem ocorrendo de forma gradual e progressiva, refletindo uma crescente conscientização sobre a importância de respeitar e valorizar a diversidade. No entanto, na escola, esse processo muitas vezes ocorre de maneira mais lenta, pois envolve uma série de desafios e adaptações necessárias para garantir que todos os alunos sejam incluídos de maneira integral.

Um dos principais desafios enfrentados pela maioria das escolas brasileiras na promoção da inclusão é a necessidade de mudança de mentalidade e cultura institucional. Muitas vezes, há resistência à mudança por parte de alguns membros da comunidade escolar, que não conseguem compreender completamente os benefícios que a inclusão traz, ou teme que ela represente uma sobrecarga de trabalho também para todo o pessoal da escola.

Alem disso,

Percebe-se que os professores têm dificuldades de inserir um aluno autista em sala de aula, ou seja, eles não estão preparados para lidar com a inclusão escolar de alunos com autismo, pois não tiveram uma formação desde o nível básico, quanto ao nível mais complexo contínuo. Os professores veem a necessidade de formações complementares para que possam realizar a

As práticas pedagógicas dos professores... 3

inclusão destes, explicitando que são úteis e válidos no processo de seu próprio desenvolvimento (Paula e Peixoto, 2019, p. 43).

Essa percepção dos professores em lidar com a inclusão escolar é reflexo da necessidade urgente de investimento em formação e capacitação continuada, que por vezes não tem alimentado os conhecimentos desses professores no que abrange a inclusão. Ao reconhecer suas limitações e a importância de adquirir conhecimentos específicos sobre a inclusão as estratégias de ensino passarão a ser um desejo de todos professores afim de ressignificar seu papel numa sociedade que clama por oportunidades iguais para todos.

Para Mantoan (2003, p. 81):

[...] ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis [...] a inclusão não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda [...].

A ressignificação do papel do professor, da escola e das práticas pedagógicas é essencial, para tornar a inclusão uma realidade em todos os níveis de ensino, reconhecendo se que ela não se encaixa nos paradigmas tradicionais de educação, que muitas vezes são baseados em modelos padronizados e centrados no ensino para a nota, deixando de lado as

necessidades individuais dos alunos, mas repensar e transformar não apenas o papel do professor e da escola, mas também as práticas pedagógicas e os sistemas de formação de professores.

As práticas pedagógicas dos professores... 4

Somente através de uma perspectiva holística e colaborativa, pode-se criar ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos, onde todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

Justificativa da pesquisa

Tentando compreender como se dá as práticas pedagógicas dos professores com alunos autistas em suas salas de aulas, mesmo compreendendo que é um desafio por diversos fatores (Floriani, 2017); como a falta de recursos e equipamentos (tecnologias assistivas), a formação específica do professor para trabalhar com a inclusão, foi que surgiu o interesse por essa temática enquanto profissional da saúde, no qual pude observar que muitas crianças com autismo apresentava interesse em ler mesmo sem serem alfabetizados. Essa observação foi percebida quando essas crianças folheavam alguns panfletos que se encontrava exposto no meu ambiente de trabalho, tentando decifrar os códigos ali encontrados, levando-me a refletir de que forma essas crianças estavam sendo inseridas na escola pública e como essa mesma escola estava preparando-os para viver em um mundo bastante adverso por meio das práticas docentes, e assim melhorar a sua aprendizagem e a sua relação consigo e com o mundo (Freire, 1996).

Assim, esse estudo se justifica por ser relevante em diferentes aspectos: científico, pedagógico e o social.

Em relação ao aspecto científico, o trabalho vai dialogar sobre o tema estudado com outras pesquisas.

No que diz respeito ao aspecto pedagógico ele se justifica porque vai analisar o trabalho do professor e as dificuldades que ele encontra na realização do seu trabalho no interior da escola, podendo trazer contribuições relevantes para a formação docente e outras

As práticas pedagógicas dos professores... 5

temáticas que colaboram para um fazer pedagógico mais significativo no processo de inclusão escolar.

Em relação ao aspecto social, ele é relevante porque foca no tema Autismo, considerando que a pessoa que o possui, precisa de um fazer pedagógico muito diferenciado, em relação às outras deficiências. Dessa forma, a importância da justificativa se dá, porque é por meio dela que o investigador expõe as respostas para o porquê dele se propor a realizar pesquisa (Marconi e Lakatos, 2003).

Diante do exposto, essa dissertação além dessa Introdução, ela se divide em três grandes capítulos, subdivididos por partes para abordar de forma mais detalhada e organizada os diferentes aspectos do tema em questão.

Nesse sentido, no primeiro capítulo aborda-se a Fundamentação Teórica, que explanam sobre o histórico das pessoas com deficiências no contexto mundial, dissertando sobre as características das pessoas com Autismo, as estratégias de ensino para esses alunos bem como as adaptações que necessitam ser feitas no currículo escolar. Mais adiante debate

se sobre a Educação Especial, a formação docente e o papel do Atendimento Educacional Especializado.

Na segunda parte destaca-se a Marco Metodológico da pesquisa, determinando os objetivos e o problema da pesquisa, conceituando o desenho metodológico, o contexto espacial e os participantes da pesquisa, bem como, as técnicas e instrumentos da coleta de dados, os procedimentos para validação dos instrumentos da pesquisa para a realização da

coleta de dados e por último as técnicas de análise e interpretação de dados.

Na terceira parte, foram abordados a Análise e Interpretação dos Resultados da pesquisa.

As práticas pedagógicas dos professores... 6

Finalizando, apresenta-se as Conclusões realizadas a partir das interpretações e da análise dos dados com vistas a responder aos três objetivos específicos, apresentando algumas recomendações consideradas importantes para a continuidade dos estudos futuros.

As práticas pedagógicas dos professores... 7

MARCO TEÓRICO

1

BREVE HISTÓRICO SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO MUNDIAL

A história da inclusão escolar tem sido um processo marcado por avanços ao longo do tempo, e pode-se explicar como vem ocorrendo esses avanços a partir de um cenário distante em que muitas das pessoas com deficiências eram vistas pela sociedade como animais, seres insociáveis e doentes, os quais foram negligenciados por toda a sociedade, tirando-lhes o direito de viver socialmente.

Fazendo-se uma retrospectiva de um passado distante, estudos dão conta de que no século XIX, surgiram os primeiros movimentos em direção à inclusão de crianças com deficiência nas escolas. Essas iniciativas eram limitadas e muitas vezes segregavam as crianças em escolas especiais ou classes separadas.

Na Idade Média as pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade, eram vistos como doentes e incapazes principalmente na área do saber (Facion

e Mattos, 2009).

Por volta de 1496, as pessoas com alguma deficiência ou transtorno mental eram perseguidas e executadas, pois a sociedade entendia que isso significava uma “presença do demônio dentro dessas pessoas”. Por mais de dois séculos “pessoas com necessidades especiais foram queimadas em praça pública, enforcadas, afogadas ou condenadas às prisões nos porões dos castelos da época (Facion e Mattos, 2009, p.6).

No decorrer desse período surgiram as escolas especiais, segregando as crianças do convívio com outras crianças consideradas normais.

As práticas pedagógicas dos professores... 8

A esse respeito, Stainback (1999) diz que:

[...] em geral, os locais segregados, são prejudiciais, pois alienam os alunos. Os alunos com deficiência recebem afinal, pouca educação útil para a vida real, os alunos sem deficiência experimentam fundamentalmente uma educação que valoriza pouco a diversidade, a cooperação e o respeito por aqueles que são diferentes (p.25).

Foi apenas no século XX que a inclusão escolar começou a ganhar mais reconhecimento e apoio. Durante as décadas de 1950 e 1960, movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos influenciaram o debate sobre a igualdade de acesso à educação para todas as crianças, independentemente de suas habilidades ou deficiências (Minetto (2010).

Na década de 1970, a legislação nos Estados Unidos, como a Lei de Educação para Todos os Deficientes (IDEA), estabeleceu o direito das crianças com deficiência a receber uma educação pública e apropriada em ambientes inclusivos, sempre que possível (Brasil, 2006).

Durante os anos 80 e 90, muitos países ao redor do mundo começaram a adotar

políticas de inclusão escolar, promovendo a integração de crianças com deficiência em salas de aula regulares. Essas políticas eram baseadas nos princípios da igualdade de oportunidades e respeito à diversidade ganhando forças em muitos sistemas educacionais. No entanto, à inclusão total ainda enfrentou muitos desafios, incluindo resistência por parte de algumas escolas e comunidades, falta de recursos adequados e necessidade de mais formação de professores em educação inclusiva (Souto et al., 2014).

No início do século XXI, houve um impulso renovado para promover a inclusão escolar em todo o mundo. Organizações Internacionais, como a UNESCO, têm

As práticas pedagógicas dos professores... 9

desempenhado um papel importante na defesa da educação inclusiva como um direito humano fundamental.

Avanços tecnológicos, como a acessibilidade digital, também têm ajudado a tornar as escolas mais inclusivas, permitindo que crianças com deficiências participem plenamente das atividades de aprendizagem.

Para Souto et al., (2014, p.5)

A Educação Inclusiva, de modo geral, ainda é um grande desafio a ser encarado nos dias atuais, mesmo com as mudanças de paradigmas educacionais ocorridas ao longo da história do Brasil, principalmente, quando se trata, não apenas de incluir estudantes com necessidades educativas especiais em salas de aulas regulares, mas também, estabelecer relações eficazes que possa favorecer atendimento igualitário entre estudantes com necessidades educacionais especiais e os demais estudantes, para que eles sintam, de fato, incluído no contexto escolar e social.

Apesar de percebermos alguns progressos no processo de inclusão, é possível afirmar que ainda há desafios a ser enfrentado na busca por uma inclusão efetiva. O

Ministerio da Educação - MEC, através da Lei 9394/96 de Diretrizes de Base - LDB, (Brasil, 1996) ao reforçar por meio do capítulo V sobre os direitos dos educandos portadores de necessidades especiais no Artigo 58, diz que a educação para as pessoas com deficiências deve ser ofertado preferencialmente nas escolas regulares e institui o dever do Estado de estabelecer os serviços, recursos e apoios necessários para garantir escolarização de qualidade para esses estudantes, assim como estabelece o dever das escolas de responderem a essas necessidades, desde a educação infantil. Assim, a colaboração entre governos, instituições educacionais, comunidades e organizações da sociedade civil é

As práticas pedagógicas dos professores... 10

essencial para superar esses desafios e promover uma educação verdadeiramente inclusiva. O reconhecimento da diversidade como um valor fundamental é essencial para construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos tenham as mesmas condições de aprender um “saber satisfatório” (Freire, 1996).

1.1 O Autismo

O Autismo é um transtorno do desenvolvimento que afeta a comunicação, interação social e comportamento. A respeito do termo Autismo, Gómez e Terán (2014, p. 447), explicam que:

O termo “Autismo” foi nomeado pelo psiquiatra Leo Kanner tendo como base a terminologia originalmente concebida por seu colega suíço Eugene Bleuler em 1911. Bleuler utilizou o termo “autismo” para descrever o afastamento do mundo exterior observado em adultos com esquizofrenia, que tendem a mergulhar em suas próprias fantasias e pensamentos.

Esses indivíduos, segundo Bleuler, manifestavam uma propensão a se absorverem em suas próprias fantasias e pensamentos, demonstrando uma notável desconexão com o

ambiente ao seu redor. O conceito original do Autismo, estava associado a um fenômeno específico de retraimento social e introspecção profunda, principalmente vinculado à esquizofrenia. No entanto, a evolução subsequente do termo, sobretudo nas contribuições de Kanner (1943), trouxe uma compreensão mais específica e diferenciada, destacando-se como uma condição distinta e independente (Marfinati e Abraão, 2014).

Sobre o Autismo, Cavaco (2014) traz outras explicações a respeito dos sintomas que a pessoa pode desenvolver,

As práticas pedagógicas dos professores... 11

Os sintomas variam amplamente, o que explica por que hoje referimo-nos ao Autismo como espectro de transtornos, essencialmente pela sua diversidade e complexidade de manifestações, desde o seu estado de isolamento total, ou um isolamento particular definido como um estar só no meio de muita gente, não interagindo, não estabelecendo relações sociais, demonstrando pensamento abstrato, ou capacidade de entender o que querem dizer, além do que as palavras evocadas possam realmente significar (p. 40).

O Autismo abrange outros sintomas, como: atraso na linguagem; comunicação não verbal; dificuldades na interação social; deficiências na interação social; falta de empatia; padrões de comportamento repetitivos; comportamentos repetitivos; resistência à mudança; interesses em atividades restritas e repetitivas, podendo haver alterações na alimentação, no sono, de humor, de afeto, podem estar presentes. Pode haver ausência de medo em respostas a perigos reais e temor excessivo em resposta a objetos inofensivos. Uma variedade de comportamentos autolesivos pode estar presente (Brasil, 2010).

De acordo com Santos e Leite (2022),

Sinais de alerta no neurodesenvolvimento da criança podem ser percebidos nos primeiros meses de vida, sendo o diagnóstico estabelecido por volta dos

2 a 3 anos de idade. Aprevalência é maior no sexo masculino. Deste modo, uma pessoa com TEA possui distúrbios nas interações sociais recíprocas, com padrões de comunicação estereotipados e repetitivos, e estreitamento nos interesses e nas atividades, que se manifestam, geralmente, nos primeiros cinco anos de vida (p.5).

Nesse sentido, é importante a sociedade reconhecer a complexidade das manifestações dessas condições, estados de isolamento total e até formas específicas de

As práticas pedagógicas dos professores... 12

reclusão, caracterizadas por estar sozinho mesmo em meio a muitas pessoas são também características desenvolvidas na pessoa com Autismo.

O indivíduo com Autismo também pode apresentar uma manifestação peculiar de pensamento abstrato, com capacidades limitadas de compreender o significado real por trás das palavras evocadas, indo além do que as expressões verbais podem explicitar. Essa diversidade de sintomas e características destaca a complexidade intrínseca do espectro autista, enfatizando a seriedade de uma abordagem individualizada e adaptativa no atendimento e no apoio a essas pessoas, seja na sociedade como um todo, e principalmente no ambiente escolar.

Apesar dessas limitações, com o suporte adequado, os alunos com autismo podem aprender a lidar com essas dificuldades e a se relacionar de forma mais efetiva com outras pessoas.

A inclusão de estratégias e metodologias específicas para atender às necessidades desses alunos pode fazer toda a diferença no processo de aprendizagem e do seu desenvolvimento social.

Em relação ao tratamento da pessoa com Autismo, o material elaborado pelo Ministério da Saúde, seguindo o que determina a Política Nacional de Proteção dos Direitos da

Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, diz que:

O tratamento deve ser estabelecido de modo acolhedor e humanizado, considerando o estado emocional da pessoa com TEA e seus familiares, direcionando suas ações ao desenvolvimento de funcionalidades e à compensação de limitações funcionais, como também à prevenção ou retardo de possível deterioração das capacidades funcionais, por meio de processos de habilitação e reabilitação focados no acompanhamento médico e no de

As práticas pedagógicas dos professores... 13

outros profissionais de saúde envolvidos com as dimensões comportamentais, emocionais, cognitivas e de linguagem (oral, escrita e não verbal), pois estas são dimensões básicas à circulação e à pertença social das pessoas com TEA na sociedade (Brasil, 2012, p. 57).

Nesse contexto, o conhecimento das causas do Transtorno do Espectro Autista (TEA) é fundamental para os professores, pois ajuda a entender as necessidades específicas desse público. Para que esse conhecimento se dê, é importante que os professores sejam capacitados para que possam entender as necessidades individuais desses alunos e proporcionar a eles uma experiência de aprendizagem mais eficaz e inclusiva.

Existem diferentes tipos de autismo, que são geralmente classificados com base na gravidade dos sintomas e no nível de funcionamento cognitivo e social da pessoa afetada.

1.1.1 Autismo Clássico

Este tipo de Autismo costuma ser associado a dificuldades na comunicação verbal e não verbal, juntamente com comportamentos repetitivos e interesses restritos. No da média, podem ser capazes de viver de forma independente e alcançar sucesso entanto, algumas

peças com esse grau de autismo, possuem um QI dentro ou acima acadêmico e profissional.

O Autismo Clássico está atrelado ao comportamento descrito nos primeiros estudos de Kanner (1943) que corresponde às características mais comuns no autismo como: comportamentos repetitivos, atrasos na comunicação e dificuldades de socialização. Nos estudos de Leite (2022, p.24), os indivíduos com Autismo Clássico “apresentam grande variação no seu grau de comprometimento, como dificuldades de desenvolver contato visual, comunicação verbal ineficiente, sensibilidade exacerbada ou diminuída,

As práticas pedagógicas dos professores... 14

movimentos repetitivos e dificuldades na interação”. Isso significa que enquanto algumas pessoas podem ter dificuldades significativas em várias áreas do funcionamento, outras podem ser mais capazes de lidar com certos aspectos da vida diária. Na escola, é importante reconhecer que a experiência do Autismo é altamente individualizada, e as características e desafios específicos podem variar de uma pessoa para outra.

1.1.2 Síndrome de Asperger

Anteriormente considerada como uma condição separada, a síndrome de Asperger agora é geralmente incluída no espectro do Autismo. As pessoas com Síndrome de Asperger tendem a ter habilidades linguísticas e cognitivas preservadas, mas podem enfrentar dificuldades significativas na interação social e na compreensão de nuances sociais. Segundo Leite (2022, p.24) a pessoa com Síndrome de Asperger “apresenta alta habilidade cognitiva, mas possui problemas de habilidades sociais, dificuldades de motricidade fina e grossa, contratempos em jogos simbólicos e não possuem dificuldade para se expressar”. Na Síndrome de Asperger encontra-se as mesmas características do autismo clássico, porém é notado nesses sujeitos o desenvolvimento de habilidades

intelectuais específicas atreladas, principalmente, a uma excelente capacidade de memorização (Klin, 2006). Assim, é importante que os professores tenham um entendimento profundo das características da Síndrome de Asperger para oferecer um ambiente de aprendizado inclusivo e de apoio para os alunos com essa condição.

1.1.3 Autismo Regressivo

Algumas crianças com o Autismo Regressivo podem se desenvolver normalmente durante os primeiros anos de vida, mas então experimentam uma perda significativa de

As práticas pedagógicas dos professores... 15

habilidades de comunicação e sociais, caracterizando o autismo regressivo. Este tipo de autismo é relativamente raro, mas pode ser particularmente desafiador para as famílias, pois a regressão pode ocorrer de forma repentina e dramática.

O autismo regressivo, também conhecido como Transtorno Desintegrativo da Infância, Síndrome de Heller comprometendo o desenvolvimento da criança e perdura pelo resto de sua vida (Tustin, 1975).

O conhecimento das características do autismo regressivo permite que os professores identifiquem sinais precoces dessa condição em seus alunos, sendo fundamental o diagnóstico e intervenção para obtenção de resultados positivos na sua aprendizagem.

1.2 Estratégias de ensino para alunos Autistas

Ensinar alunos autistas requer metodologias específicas e adaptadas às suas necessidades individuais. Alguns desses alunos respondem bem à comunicação visual, e portanto, o professor pode utilizar imagens, gráficos, diagramas e outros recursos visuais para ajudar a transmitir informações de forma mais clara e compreensível para esses

alunos. De acordo com Toledo (2023), “as estratégias educativas para crianças com Transtorno do Espectro Autista precisam ser concebidas e aplicadas, visando o avanço das habilidades desses alunos, ajudando-os a ultrapassar suas maiores dificuldades” (p. 631). Dessa forma, estabelecer rotinas previsíveis e estruturadas pode ajudar os alunos autistas a se sentirem mais seguros e confortáveis em ambiente escolar, incluindo horários visuais, listas de tarefas e sinais visuais para indicar mudanças nas atividades.

Na opinião de Soares (2020) é importante o professor adaptar todo e qualquer material ou recurso que possa facilitar a aprendizagem, despertando o interesse da criança, motivando-a a realizar suas atividades. Uma dessa adaptação é dividir as tarefas em passos

As práticas pedagógicas dos professores... 16

menores e mais gerenciáveis que pode ajudar os alunos a lidar melhor com as demandas acadêmicas, colaborando para a redução da ansiedade facilitando a compreensão e execução das atividades. Nesse processo de adaptação de materiais e conteúdos, Miranda e Filho (2012, p. 12) explicam que, “o educador precisa saber potencializar a autonomia, a criatividade e a comunicação dos estudantes, e, por sua vez, tornar-se produtor de seu próprio saber”. O professor que está comprometido com a inclusão reconhece a importância de potencializar a autonomia, a criatividade e a comunicação dos estudantes, capacitando-os para assumirem responsabilidade por seu próprio aprendizado e desenvolvimento, incentivando-os a tomar decisões e resolver problemas de forma independente.

1.3 As adaptações curriculares no processo de inclusão escolar para alunos com Autismo

Na atualidade, muitos paradigmas vêm sendo quebrados e já se visualiza muitos alunos com Autismo adentrando nas salas de aulas regulares, o que requer do professor um fazer pedagógico diferenciado pelas especificidades que o Autista possui. Sobre isto, Vieira e

Baldin (2017, p. 2) mencionam que,

O transtorno do espectro autista é uma síndrome de início precoce, caracterizada por alterações marcantes no desenvolvimento da linguagem e da interação social. Há também a presença de comportamentos estereotipados e repetitivos, rituais, alterações sensoriais e interesses restritos. Essas características são essenciais para que ocorra o diagnóstico e estão presentes em todos os indivíduos com o transtorno, em maior ou menor grau.

Os estudos, de Heredero (2010, p. 199) apontam que o termo adequação curricular é visto “como um instrumento que pode e deve tratar de avançar no desenvolvimento geral de

As práticas pedagógicas dos professores... 17

cada pessoa”. Para isso o professor pode entre outras alternativas providenciar um espaço calmo e organizado, com menos estímulos sensoriais, como luzes fortes ou sons altos, além de estabelecer uma rotina clara e previsível, com horários para atividades e pausas, e utilizar recursos variados que podem ajudar os alunos Autismo a se sentir mais incluídos. Portanto, é importante que o,

[...] professor saber o que vai fazer em sala, ter um objetivo de ensino, certo conhecimento dos instrumentos, seguir normas estabelecidas, ter diversas habilidades pessoais, como argumentar, desenvolver determinadas metodologias para ensinar, com suas maneiras de proceder, seus truques do ofício e ter certa experiência com a atuação em sala de aula (Bentes e Hayashi, 2013, p. 171)

Nos estudos de Brandão (2011),

As adaptações curriculares consistem no planejamento e proposição de

atividades e procedimentos didático-pedagógicos como práticas alternativas necessárias ao processo ensino aprendizagem dos alunos, com a previsão de disponibilidade para o trabalho individualizado, mas não isolado. (pp. 5.265-5.266)

As adaptações curriculares são estratégias fundamentais no contexto da educação inclusiva, envolvendo o planejamento e a proposição de atividades e procedimentos didático-pedagógicos.

De acordo com Moreira e Baumel (2001):

As adaptações curriculares não podem correr o risco de produzirem na mesma sala de aula um currículo de segunda categoria, que possa denotar a simplificação ou descontextualização do conhecimento. Com isso, não

As práticas pedagógicas dos professores... 18

queremos dizer que o aluno incluído não necessite de adaptações curriculares, de apoios e complementos pedagógicos, de metodologias e tecnologias de ensino diversificadas e que as escolas especiais não organizem propostas curriculares articuladas ao sistema público de ensino. Estamos argumentando em favor de uma inclusão real, que repense o currículo escolar, que efetive um atendimento público de qualidade. (p. 10)

O risco de criar um currículo de segunda categoria, que simplifica ou descontextualiza o conhecimento, é uma preocupação válida. A verdadeira inclusão educacional visa proporcionar um ambiente que atenda às necessidades específicas de cada aluno, garantindo ao mesmo tempo acesso a um currículo robusto e desafiador.

A adaptação curricular defendida por Valle e Maia (2010, p. 23), é vista como “o conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender as diferenças individuais dos alunos”. A

adaptação curricular é uma forma de reconhecer a diversidade de habilidades, e das necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos. No entanto, para uma parcela dos professores da sala regular, implementar efetivamente essas adaptações pode ser um desafio considerável, tendo em vista que em muitos casos, eles enfrentam falta de recursos adequados, tanto materiais quanto humanos. A carga de trabalho adicional necessária para planejar e executar as adaptações pode sobrecarregar os professores, que já lidam com uma série de responsabilidades diárias.

1.4 Variações individuais e necessidades educacionais específicas

A compreensão das variações individuais que os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam é essencial para o professor promover uma educação em que a

As práticas pedagógicas dos professores... 19

interatividade e a coletividade aconteçam. Sabemos como já dito anteriormente que O TEA é caracterizado por uma ampla gama de sintomas e habilidades, que variam significativamente de uma pessoa para outra. Essas variações individuais podem incluir diferenças na comunicação, interação social, interesses e comportamentos repetitivos. Diversos teóricos contribuíram e para a compreensão dessas questões, oferecendo reflexões valiosas sobre como adaptar as práticas educacionais para atender às diversas necessidades desses alunos. Um desses teóricos que abordam as variações individuais e as necessidades educacionais de cada criança é Vygotsky (1978) que enfatizou a importância do ambiente social e das interações sociais na aprendizagem. De acordo com sua teoria sociocultural, as experiências sociais moldam o desenvolvimento cognitivo de cada indivíduo, e os professores devem estar atentos às diferenças individuais para oferecer suporte adequado.

Além de Vygotsky, Gardner (1983) propôs a teoria das inteligências múltiplas, que sugere que os alunos possuem diferentes formas de inteligência, como linguística, lógico

matemática, espacial, musical, interpessoal, intrapessoal, naturalista, entre outras. Essa perspectiva destaca a necessidade de abordagens educacionais diversificadas que reconheçam e valorizem as habilidades únicas de cada aluno.

Freire (1970), cuja pedagogia crítica enfatiza a importância da conscientização e da emancipação dos alunos, argumentando que os professores precisam estar cientes das realidades sociais, culturais e políticas dos alunos para criar um ambiente educacional que promova a justiça social e a transformação social.

No contexto das necessidades educacionais específicas, a teoria da diferenciação curricular de Tomlinson (2001) é amplamente reconhecida. Ela propõe que os educadores devem adaptar o currículo, o ensino e a avaliação para atender às diversas necessidades dos

As práticas pedagógicas dos professores... 20

alunos, oferecendo diferentes opções e estratégias de aprendizagem para garantir que todos os alunos tenham oportunidades de sucesso.

Rogers (1951) enfatiza a importância de criar um ambiente educacional que seja empático, genuíno e acolhedor, onde os alunos se sintam valorizados e capacitados a assumir a responsabilidade por sua própria aprendizagem, o que implica em reconhecer e respeitar as diferenças individuais dos alunos e adaptar as práticas educacionais.

Nesse sentido, as políticas educacionais desempenham um papel relevante na promoção da equidade e inclusão educacional, sendo necessário que essas políticas reconheçam e apoiem a diversidade dos alunos, fornecendo recursos adequados, legislação específica e diretrizes para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade.

As práticas pedagógicas dos professores... 21

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR PARA UMA AÇÃO INCLUSIVA E ACESSÍVEL

A inclusão escolar é um processo fundamental que visa garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso à educação (Brasil, 2000). Ela permite que as pessoas com deficiência participem plenamente da sociedade, desenvolvam suas habilidades e contribuam para uma sociedade mais justa. A entrada das pessoas com deficiência na escola é garantida pela Constituição Federal (CF) de 1988, que traz como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Ainda define, no artigo 205, “a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. Esse princípio destaca a ideia de que a educação não deve ser exclusiva para determinados grupos, mas sim um direito universal.

A inclusão deve promover um ambiente de respeito, aceitação e diversidade, que estimula a empatia, e enriquece a experiência educacional de todos os envolvidos. No entanto, é importante ressaltar que esse processo não é um processo simples ou fácil de implementar, pois exige o comprometimento de toda a comunidade escolar, incluindo os gestores, professores, pais e alunos. Além disso é muito importante a oferta pela escola de recursos variados e estratégias específicas para atender às necessidades individuais de cada estudante, exigindo que seus profissionais busquem conhecer o estilo de aprendizagem, já que os alunos apresentam estilo particular de lidar com o conhecimento, que muitas vezes é diferente da forma com que a escola conhece (Brasil, 2007). É um trabalho contínuo e desafiador, mas que traz benefícios inestimáveis para todos os envolvidos.

As práticas pedagógicas dos professores... 22

Nas Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica - Modalidade Educação Especial, Resolução – Nº. 4 CNE/CEB 2009, definem o público da Educação Especial (EE), como sendo:

I –Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II –Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III –Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (Brasil, 2009, p. 17).

Respeitando o que reza essas diretrizes, a escola passa a ser reconhecida como um espaço que contribui para o desenvolvimento de aptidões e habilidades e de formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

A Educação Especial (EE), enfatiza a importância da educação como um meio de empoderamento individual, promoção da cidadania e preparação para desafios práticos da vida, como o ingresso no mercado de trabalho. Esses princípios são comumente refletidos em declarações de direitos educacionais e políticas públicas em muitas nações ao redor do mundo.

2.1 A importância da formação docente do contexto da inclusão

As práticas pedagógicas dos professores... 23

A formação continuada dos professores que tem em sua sala de aula alunos com deficiências e em específico, os que tem Autismo, requer propostas orientadoras no

contexto do trabalho docente. Muitas dessas propostas encontram-se nos documentos oficiais que orientam todo o fazer pedagógico e são imprescindíveis para o perfeito norteamento das ações pedagógicas no espaço escolar. Entre esses documentos, estão: A Lei de Diretrizes e Base da Educação -LDB, lei 9.394/96; Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146/2015; Lei nº 12.764/2012 - Lei Berenice Piana (Lei do Autismo); Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000), o Decreto nº 5.296/2004 e a Lei de Inclusão Digital (Lei nº 10.484/2002).

No processo de inclusão escolar, é importante o professor conhecer essas leis para trabalhar com alunos de perfis e necessidades diferentes, adaptando seu ensino e suas práticas pedagógicas para atender a todos. Esse fazer diferenciado oportuniza a utilização de recursos tecnológicos, materiais didáticos adaptados, entre outras estratégias.

A respeito da formação do professor no processo inclusivo, Carmo et al., (2019) buscaram refletir sobre as políticas públicas e formação de professores nas escolas de ensino regular, e apontaram como precursor da inclusão, a Conferência de Educação Especial, realizada pela UNESCO (1994), na Espanha, culminando na Declaração de Salamanca que estimulou a inclusão escolar e a formação de professores como um dos pontos fundamentais para políticas públicas nacionais de inclusão.

Na atualidade, procurando registrar de forma mais detalhada a formação dos professores, capacitando-os para incluir no seu fazer práticas inclusivas que possam atender às necessidades individuais de cada aluno, é importante que os professores também sejam reflexivos, criativos e dinâmicos, de modo que oportunize aos alunos com Autismo uma aprendizagem bem mais relevante. Esse desejo, faz do processo de inclusão, um meio eficaz

As práticas pedagógicas dos professores... 24

à incorporação da pessoa com deficiência, a partir da abertura de espaço em que todos

possam ter acesso à educação, encontrando o seu lugar integralmente, não na condição de deficiente, mas como sujeito de direito subjugados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n.º 9.394/96(Brasil, 1996).

A importância de criar um ambiente que permita a participação plena de todos, garantindo que cada indivíduo encontre seu lugar de forma integral na sociedade é um princípio elementar da inclusão.

Para Marl (2016), a formação profissional,

[...] deve buscar novos caminhos, os quais precisam se pautar no tratamento reflexivo e crítico dos problemas educacionais reais enfrentados pelos professores diante da inclusão educacional, de maneira que os saberes e/ou conhecimentos sejam construídos em interação com outras pessoas; considerando, ainda, a existência da imensa diversidade e pluralidade de saberes e/ou conhecimentos disponíveis (p. 31).

Entretanto, é lamentável que se tem constatado com frequência no contexto educacional, na trajetória histórica da inclusão escolar motivos de exclusão se repetir devido as práticas pedagógicas que ainda subsistem; conforme é ratificado por muitos, contrariando a proposta da universalização do ensino, cujo cerne compreende o coletivo, uma proposta social que, embora importante, na prática não tem contemplado a todos, e, menos ainda, a pessoa com Autismo, seja ela de que tipo for.

Ainda sobre os documentos legais, merece atenção o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, em seu artigo 55 em que os pais e/ou responsáveis ficam encarregados de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino (Brasil, 1990, p. 21) sem quaisquer restrições, sobre aspectos mediante condições físicas ou

As práticas pedagógicas dos professores... 25

intelectuais, favorecendo aceitar que a escola brasileira é para todos, o que implica ser uma

escola inclusiva.

Portanto, para que a escola de fato seja inclusiva, perpassa pela formação docente, e em específico para aqueles professores que trabalham com alunos inclusos. Todavia, o que se observa, é uma formação que tem preparado o professor para trabalhar com turmas homogêneas, o que pode resultar em grandes desafios diante da diversidade crescente nas salas de aula contemporâneas (Aranha, 2003). Este enfoque homogêneo na formação docente muitas vezes não abrange estratégias específicas para lidar com as diferenças individuais, seja em relação ao nível de aprendizado, estilos de aprendizagem, necessidades especiais ou origens culturais distintas.

Essa abordagem limitada pode levar a uma falta de preparo para enfrentar as demandas heterogêneas das turmas, onde os alunos trazem experiências, habilidades e desafios diversos para o ambiente educacional (Sasaki, 2006). Diante dessa realidade, é essencial expandir a formação docente para incluir estratégias pedagógicas inclusivas, métodos diferenciados de avaliação e técnicas que promovam a equidade educacional.

2.2 O papel do professor no contexto da inclusão

A educação contemporânea destaca a importância da personalização do ensino para atender às necessidades individuais dos alunos. No processo de inclusão se faz importante o olhar atento do professor, seja na implementação de projetos, seja na oferta de atividades diferenciadas, senão “os velhos paradigmas da modernidade continuam sendo contestados, e o conhecimento, matéria-prima da educação escolar, mais do que nunca, passa por uma reinterpretação” (Mantoan, 2003, p. 21).

As práticas pedagógicas dos professores... 26

Nesse contexto, é fundamental que o professor tenha em mente que a inclusão não se trata apenas de garantir o acesso de todos os alunos à escola, mas sim, de criar um ambiente

educacional que valorize a diversidade e respeite as diferenças individuais. Assim, é importante salientar que o principal objetivo da educação inclusiva é:

[...] que todas as pessoas devem aprender juntas, onde quer que isso seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças elas podem ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades. (Declaração de Salamanca, 1994, p.11-12)

Essa declaração é um marco importante na promoção da inclusão educacional e destaca princípios fundamentais que devem guiar as práticas educacionais. O princípio central desse documento é que todas as pessoas, independentemente de suas dificuldades ou diferenças, devam ter a oportunidade de aprender juntas, e que a inclusão não se refere apenas à presença física de estudantes com deficiência na mesma sala de aula de outros que não a possui, mas se volta para a participação ativa de todos no processo de aprendizagem.

Então, é preciso o professor adaptar os conteúdos, refletindo sobre as possibilidades de aprendizagem que os alunos possuem, direcionando sua visão para os entraves que muitas vezes levam a pessoas com Autismo a um aprendizado lento e muitas vezes ineficaz.

O papel do professor no processo inclusivo é trabalhar em prol de uma educação “para todos, sem distinções, além de assegurar um trabalho educativo organizado e adaptado para atender às Necessidades Educacionais Especiais dos alunos” (Oliveira, 2020, p.01),

sendo também importante o desenvolvimento de um currículo flexível e adaptado para atender às necessidades variadas dos estudantes, garantindo que todos tenham acesso ao conteúdo de maneira apropriada ao seu ritmo e estilo de aprendizagem.

2.3 As leis que abraçam a inclusão

Historicamente, as primeiras iniciativas legislativas voltadas para a inclusão remontam ao movimento pelos direitos civis, que lutou contra a discriminação nos Estados Unidos na década de 1960. Esse movimento inspirou a promulgação de leis que proibiam a segregação em locais públicos, incluindo escolas, e estabelecia o princípio da igualdade de direitos para todos os cidadãos (Ferreira e Amorin, 2020).

No contexto da educação, o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência foi um marco importante na história da inclusão (Brasil, 2015), e na atualidade traz várias leis que abraçam a causa.

De acordo com Silva (2014, p. 76) “a inclusão já é realidade e o preparo em todas as áreas de deficiência ao professor que atua propiciando a inclusão deve ser pensado e amplamente oferecido aos profissionais da educação em exercício e/ou em formação”. Nesse direcionamento, as leis que abordam a inclusão são fundamentais para promover uma sociedade que compreende a diversidade que há em seus segmentos tornando o acesso a educação acessível (Santos e Soares, 2018) no qual todo o professor deve conhecê-las para atuarem de forma segura na sala de aula.

Tais leis, devem ser acompanhadas por mecanismos de monitoramento e fiscalização para garantir sua aplicação eficaz. Dessa forma, a participação ativa da sociedade civil, incluindo organizações de pessoas com deficiência e familiares, é fundamental para garantir que as leis sejam implementadas e cumpridas de maneira

abrangente e que os direitos de

todos os alunos sejam respeitados e promovidos, inclusive com acesso ao mercado de trabalho, à saúde e o convívio pleno em uma sociedade desigual.

2.3.1 A Lei Brenice Piana

A Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012, é conhecida como a Lei Berenice Piana. No entanto, o nome oficial da lei é "Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista" (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que foi sancionada pela então presidente Dilma Rousseff e tem como objetivo garantir os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil.

Essa lei leva o nome de Berenice Piana, mãe de um menino autista e militante da causa. Sua luta teve início, há mais de dez anos, em uma época onde havia um desconhecimento total sobre o TEA. Inconformada com esse descaso, Berenice se juntou a outros pais com situações semelhantes, conseguindo levar a proposta de lei ao senado (Coutinho, 2023). A criação dessa lei sem dúvida foi uma conquista relevante para os autistas, familiares, profissionais que trabalham direta ou indiretamente com esse público e, especialmente, para a sociedade.

A Lei Berenice Piana assegura que as necessidades específicas da pessoa com Autismo, sejam efetivadas colocando essas pessoas como cidadãos participantes ativos na sociedade.

A lei abrange diversas áreas, incluindo educação, saúde, trabalho, acessibilidade e outros setores, com o objetivo de proporcionar condições adequadas para o pleno desenvolvimento e participação social das pessoas com autismo. Além disso, ela reconhece a importância de respeitar e promover os direitos fundamentais dessas pessoas,

contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária (Brasil, 2012).

As práticas pedagógicas dos professores... 29

Dessa forma, as escolas devem estar preparadas para acolher esse aluno permitindo a ele fazer valer o seu direito de acesso ao ensino, preparando para a sua formação integral.

A lei n.º 12.764/2012, garante aos alunos com TEA:

Art. 3º

[...]

IV – o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado. Art. 7º: O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.

§ 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo. A Lei Berenice Piana, ainda no Art. 3º, faz menção a outros aspectos relevantes para o desenvolvimento dos autistas, no que diz respeito à construção de sua independência. IV – o acesso:

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

No contexto da Lei Berenice Piana todos são convocados a conhecer os direitos da pessoa

com Autismo na perspectiva de contribuir na construção de uma sociedade mais justa, humana e inclusiva. Com essa lei, os indivíduos com TEA passam a desfrutar dos

As práticas pedagógicas dos professores... 30

mesmos direitos garantidos a outras pessoas com deficiência e, conforme estipulado no Art. 3º da mencionada Lei, passam a ter direitos como:

“[...] a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social” (Brasil, 2012).

Esses direitos garantem que as pessoas com TEA devem ser tratadas com respeito e dignidade, protegendo-as contra qualquer forma de violência ou discriminação. Essa proteção visa garantir a segurança e o bem-estar dessas pessoas, prevenindo qualquer forma de abuso físico, emocional ou financeiro, incluindo o direito a receber cuidados de saúde completos e integrados, desde o diagnóstico precoce até o tratamento multiprofissional, terapia nutricional, medicamentos e informações relevantes para o diagnóstico e tratamento.

2.3.2 A Lei Romeo Mion

A Lei Nº 13.977, foi sancionada em 2020, conhecida como Lei Romeo Mion que

estabelece a emissão de uma Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista -TEA (Brasil, 2020) Seu nome foi inspirado no adolescente Romeo, de 16 anos, que é filho do apresentador de televisão Marcos Mion e está no espectro.

As práticas pedagógicas dos professores... 31

Figura n.º 1: Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista



Fonte: <https://portalantendados.com.br/noticia/122410/prefeitura-informa-sobre-nova-carteira-de-identificacao-da-pessoa-com-transtorno-do-espectro-autista>

A Lei Romeo é uma legislação abrangente e representa um marco importante na promoção dos direitos e na garantia da igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida social, incluindo educação, trabalho, acessibilidade, saúde e transporte.

Um dos principais objetivos da Lei Romeo Mion é garantir o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência, promovendo sua inclusão e participação ativa na sociedade, que é feito através da eliminação de barreiras físicas, arquitetônicas, comunicacionais (Brasil, 2015) atitudinais e tecnológicas que possam impedir a participação plena e efetiva dessas pessoas em diferentes contextos sociais.

A Lei Nº 13.977 também aborda questões relacionadas ao mercado de trabalho, proibindo a discriminação no ambiente de trabalho e estabelecendo medidas para promover a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal, o que inclui a

reserva de vagas em empresas com mais de 100 funcionários e a promoção de ações afirmativas para garantir a igualdade de oportunidades de emprego.

As práticas pedagógicas dos professores... 32

A Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), de expedição gratuita e estabelece como deverá ser feita, bem como retrata outros pontos pertinentes:

Art. 2º A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º [...] § 3º Os estabelecimentos públicos e privados referidos na Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, poderão valer-se da fita quebra-cabeça, símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, para identificar a prioridade devida às pessoas com transtorno do espectro autista.” “Art. 3º-A. É criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

§ 1º A Ciptea será expedida pelos órgãos responsáveis pela execução da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante requerimento, acompanhado de relatório médico, com indicação do código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - Nome completo, filiação, local e data de nascimento, número da carteira

de identidade civil, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), tipo sanguíneo, endereço residencial completo e número de telefone do identificado;

As práticas pedagógicas dos professores... 33

II - Fotografia no formato 3 (três) centímetros (cm) x 4 (quatro) centímetros (cm) e assinatura ou impressão digital do identificado;

III - Nome completo, documento de identificação, endereço residencial, telefone e e-mail do responsável legal ou do cuidador;

IV - Identificação da unidade da Federação e do órgão expedidor e assinatura do dirigente responsável.

§ 2º Nos casos em que a pessoa com transtorno do espectro autista seja imigrante detentor de visto temporário ou de autorização de residência, residente fronteiriço ou solicitante de refúgio, deverá ser apresentada a Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) ou o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM), com validade em todo o território nacional.

§ 3º A Ciptea terá validade de 5 (cinco) anos, devendo ser mantidos atualizados os dados cadastrais do identificado, e deverá ser revalidada com o mesmo número, de modo a permitir a contagem das pessoas com transtorno do espectro autista em todo o território nacional.

§ 4º Até que seja implementado o disposto no caput deste artigo, os órgãos responsáveis pela execução da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista deverão trabalhar em conjunto com os respectivos responsáveis pela emissão de documentos de identificação, para que sejam incluídas as necessárias informações sobre o

transtorno do espectro autista no Registro Geral (RG) ou, se estrangeiro, na Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) ou na Cédula de

As práticas pedagógicas dos professores... 34

Identidade de Estrangeiro (CIE), válidos em todo o território nacional.”

(Brasil, 2020b).

Pode-se observar que essa legislação visa estabelecer um registro público com o objetivo de assegurar uma maior integração social e proteção de direitos para os indivíduos com Transtorno do Espectro Autista, através de uma atenção ampliada por parte dos serviços tanto públicos quanto privados. Assim, conforme delineado na lei, é incumbência dos órgãos, instituições e estabelecimentos respeitarem e integrarem em seus espaços as pessoas com Espectro Autista, promovendo a equidade e uma existência digna.

2.3.3 A Lei nº 13.146/2015

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa (LBI) com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, é uma legislação brasileira que estabelece diretrizes e garantias para promover a inclusão e garantir os direitos das pessoas com deficiência em diversas áreas da vida, principalmente no contexto educacional. Dessa forma, se faz necessário,

[...] não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas (Alves, 2009, p. 45-46).

Além disso, a Lei nº 13.146/2015, prevê medidas de proteção e assistência às pessoas com deficiência em situações de vulnerabilidade, como a garantia de acesso à justiça, o apoio para a vida independente e a prevenção e o combate à violência e à exploração. No artigo 3º

As práticas pedagógicas dos professores... 35

dessa lei, no paragrafo VI é explicita que é necessário para a inclusão das pessoas no sistema educacional fazer-se:

[...] adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades, com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais (Brasil, 2015).

No contexto de tal Lei, as práticas pedagógicas devem ser constantemente atualizadas e aprimoradas para promover uma maior inclusão. Nesse sentido, o professor deve desenvolver atividades que facilitem a compreensão dos conceitos, priorizando a construção de conhecimento em detrimento da simples transmissão de conteúdo. Essas atividades devem ser oportunidades para compartilhar experiências e facilitar a aquisição dos conceitos de aprendizagem. Essa lei, enfatiza ainda, que a escola deve pensar em um:

Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (Brasil, 2015).

A citação acima, descreve a importância de um projeto pedagógico que inclua e institucionalize o atendimento educacional especializado, juntamente com outros serviços e

adaptações necessárias, para garantir que os estudantes com deficiência tenham acesso pleno ao currículo escolar em condições de igualdade com os demais alunos.

Outra garantia está relacionada ao desenvolvimento de estudos de caso, elaboração de um plano com atendimento educacional especializado, organização de recursos como

As práticas pedagógicas dos professores... 36

tecnologia assistiva e serviços de acessibilidade (Brasil, 2015). Essas práticas são particularmente benéficas para os autistas, dada a sua diversidade individual, permitindo a criação de ações pedagógicas adaptadas às necessidades de cada um. Além disso, também é determinada a disponibilização de profissionais de apoio escolar.

Dessa forma, destaca-se a importância e viabilidade de contar com indivíduos qualificados para auxiliar no processo de ensino.

2.3.4 Outras Leis que contemplam a inclusão das pessoas com deficiências

As leis brasileiras que contemplam a inclusão surgiram como resultado de um movimento social e legislativo que busca promover a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente de suas características individuais. O surgimento dessas leis está intimamente ligado à evolução dos direitos humanos e à conscientização sobre a importância da inclusão e da diversidade na sociedade. Nesse contexto, surgiram várias leis, das quais foram debatidas no item anterior. Além das leis já mencionadas anteriormente, tem-se a Lei 13.370/2016 que reduz a jornada de trabalho de servidores públicos com filhos autistas. A autorização tira a necessidade de compensação ou redução de vencimentos para os funcionários públicos federais que são pais de pessoas com TEA (Brasil, 2016).

A Lei 8.899/94 (Brasil, 1994) que garante a gratuidade no transporte interestadual à pessoa autista que comprove renda de até dois salários mínimos. A solicitação é feita

através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Ainda se tem a Lei 8.742/93 (Brasil, 1993), conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que oferece o Benefício da Prestação Continuada (BPC). Para

As práticas pedagógicas dos professores... 37

ter direito a um salário mínimo por mês, o TEA deve ser permanente e a renda mensal per capita da família deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo. Para requerer o BPC, é necessário fazer a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e o agendamento da perícia no site do INSS.

Já a Lei 7.611 que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado (Brasil, 2011).

A Lei 7.853/ 1989, tem como princípio estipular o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes (Brasil, 1989).

Em relação a Lei 10.098/2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

No tocante a Lei 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e outros casos.

Em relação a Lei 14.624/2023, conhecida como a Lei Cordão de Girassol que identifica pessoas com deficiências ocultas através do uso de um cordão de fita com desenhos de girassóis.

As práticas pedagógicas dos professores... 38

Figura n.º 2: Cordão de Girassol



Fonte: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/cordao-ou-colar-de-girassol-lei-14624/>

Além dessas leis, a Constituição Federal, conhecida como Carta Magna, e a LDB/1996, são fundamentais para garantir que a inclusão cada vez se fortaleça na atual sociedade.

As práticas pedagógicas dos professores... 39

3 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO- AEE

A Constituição Federal (Brasil, 1988) passa a defender a universalização do ensino, como um direito universal, e decreta nos artigos 205 e 206 a educação escolar como direito de todos; dispendo sobre a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde propõe que seja ministrado preferencialmente na rede regular de ensino, e aponta a responsabilidade do Estado para sua garantia.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel fundamental no contexto educacional, e visa promover a inclusão e garantir o acesso à educação de qualidade.

O AEE é uma modalidade de ensino que busca oferecer suporte especializado a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação, complementando e suplementando o ensino regular (Brasil, 1996). Assim, é de responsabilidade do AEE criar,

Estratégias para o desenvolvimento de processos mentais – promoção de atividades que ampliem as estruturas cognitivas facilitadoras da aprendizagem nos mais diversos campos do conhecimento, para o desenvolvimento da autonomia e da independência do estudante frente às diferentes situações no contexto escolar. (MEC/INEP, 2010, p. 04)

Com base na avaliação, o AEE contribui para a elaboração de estratégias pedagógicas personalizadas, adaptando o currículo regular às características e potencialidades de cada aluno, colaborando para a criação um ambiente de aprendizado mais inclusivo e propício ao desenvolvimento pleno.

O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no contraturno da escolarização,

As práticas pedagógicas dos professores... 40

podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação do Estado ou Município.

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é um espaço organizado com equipamentos de informática, ajudas técnicas, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados, para atendimento às necessidades específicas dos alunos com deficiências (Brasil, 2007).

De acordo com Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, considera-se público-alvo do AEE:

a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com

diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

c. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade (Brasil, 2008).

As práticas pedagógicas dos professores... 41

Com base nesse documento, o AEE concentra-se no desenvolvimento de habilidades específicas, sejam elas acadêmicas, sociais, emocionais ou motoras. Busca-se fortalecer as competências dos alunos, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para superar obstáculos e alcançar seu máximo potencial.

O Decreto n. 7.611/2011 dispõe sobre a educação especial e sobre o AEE, promovendo uma reorganização da educação especial constituindo como um serviço de apoio à escolarização com suas diretrizes e ações conforme o paradigma da educação inclusiva; além de destinar recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica para o AEE.

O AEE atua como elo entre os profissionais de ensino regular e especializado, promovendo a colaboração e troca de informações, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais integradoras e eficazes. Além do suporte direto aos alunos, o

AEE desempenha um papel importante ao orientar professores e familiares sobre estratégias e práticas inclusivas.

O AEE deve fazer parte do projeto pedagógico das escolas de forma que seja prevista sua oferta, de acordo com o art. 10 da Resolução CNE/CEB n. 4 de 2009: Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

I - sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II - matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III - cronograma de atendimento aos alunos;
As práticas pedagógicas dos professores... 42

IV - plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V - professores para o exercício da docência do AEE;

VI - outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio,

principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII - redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Diante do processo de inclusão escolar, é possível pontuar que uma parcela das escolas

públicas brasileira, não dispõe de SRM e do professor do AEE. Ainda em relação ao AEE, esse atendimento no papel do professor da SRM tem a responsabilidade de elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) compreendido como uma ferramenta fundamental, destinada a proporcionar uma abordagem personalizada e eficaz para o aprendiz.

Santos et al (2022, p.17), menciona que: “o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) foi um dos primeiros modelos de plano voltado ao serviço de Educação Especial. Ele surgiu no início dos anos 2000, e sua elaboração era de responsabilidade do professor de AEE e do coordenador pedagógico”. O PDI coloca o aluno no centro do processo educacional, reconhecendo sua singularidade e valorizando suas potencialidades, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e acolhedor. Esse documento individual, estabelece metas de aprendizagem específicas e mensuráveis para cada aluno, o que facilita o monitoramento de seu progresso ao longo do tempo, permitindo que os

As práticas pedagógicas dos professores... 43

professores avaliem regularmente o desempenho do aluno, identifiquem áreas de dificuldades e ajustem as estratégias de ensino conforme necessário.

3.1 A importância do professor da Sala de Recursos Multifuncionais

A entrada do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola é um marco importante na trajetória da educação inclusiva no Brasil. Ao longo das últimas décadas, o país tem buscado implementar políticas e práticas que promovam o acesso e a participação de todos os alunos, com deficiências em escolas regulares.

A inclusão do professor do AEE nas escolas foi impulsionada por uma série de fatores, incluindo avanços legislativos, pressões sociais e demandas por uma educação mais equitativa. Um dos principais marcos nesse processo foi a promulgação da Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996, que estabeleceu o direito de todos os alunos à educação inclusiva e previu a oferta de serviços de apoio especializado, como o AEE, nas escolas regulares. Essa legislação foi seguida por outras iniciativas governamentais e políticas públicas que reforçaram o papel do Atendimento Educacional Especializado- AEE na promoção da inclusão educacional.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (Brasil, 2008, p.22-23)

As práticas pedagógicas dos professores... 44

Com o passar dos anos, tornou-se cada vez mais evidente que a simples presença dos alunos com deficiência nas escolas regulares não era o suficiente para garantir sua participação efetiva e aprendizagem significativa. Nesse contexto, a figura do professor do AEE ganhou destaque como um agente fundamental na promoção da inclusão. Esse profissional é responsável por oferecer um atendimento educacional especializado e individualizado, que considera as necessidades específicas de cada aluno e busca garantir seu pleno desenvolvimento acadêmico, pessoal e social. Assim, as Salas de Recursos Multifuncionais - SRM surgiram como um ambiente destinado a oferecer suporte pedagógico especializado, recursos didáticos adaptados e estratégias diferenciadas de ensino, com o objetivo de atender às necessidades individuais de cada aluno.

Nesse sentido, dá-se a importância do professor da Sala de Recursos

Multifuncionais (SRM) no contexto da educação inclusiva no Brasil. Esse profissional tem o objetivo de promover o acesso, a permanência e aprendizagem de alunos com deficiência e em escolas regulares.

O professor da SRM desempenha um papel central na formação de professores da escola regular, oferecendo suporte e orientação no planejamento e execução de atividades inclusivas. Eles ajudam a sensibilizar os demais profissionais da escola para a importância da inclusão e fornecem recursos e estratégias para garantir que todos os alunos sejam atendidos de forma adequada, além de acompanhar “a trajetória acadêmica de seus alunos, no ensino regular, para atuar com autonomia na escola e em outros espaços de sua vida social. Para tanto, é imprescindível uma articulação entre o professor de AEE e os do ensino comum” (Ropoli, et al., 2010, p.2).

É importante mencionar a contribuição da Resolução n. 4. de 2 de outubro/2009 destaca que no Art. 12, que para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que

As práticas pedagógicas dos professores... 45

o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.

Esse documento ressalta no Art. 13 que são atribuições do professor do AEE: I –

Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público alvo da Educação Especial;

II – Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros

ambientes da escola;

V – Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno (Brasil, 2009).

De acordo com as leis da inclusão, esse professor é fundamental na promoção da educação inclusiva e sua atuação contribui não apenas para o desenvolvimento acadêmico, mas também para o desenvolvimento pessoal e social desses alunos, garantindo que todos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

3.1.1 Desenvolvimento e uso de materiais didáticos acessíveis e adequados

A acessibilidade no contexto educacional é um princípio fundamental para promover a inclusão e garantir que todos os alunos tenham igualdade de acesso ao aprendizado. Nesse

As práticas pedagógicas dos professores... 46

sentido, o desenvolvimento e uso de materiais didáticos acessíveis e adequados é essencial para atender às necessidades educacionais diversas dos alunos (Bruno, 2006). Os materiais didáticos acessíveis referem-se a recursos educacionais que são projetados e desenvolvidos de forma a garantir o acesso e a participação de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência ou outras necessidades específicas, o que inclui livros, textos, vídeos, áudios, jogos, aplicativos e outros recursos utilizados no processo de ensino e aprendizagem.

O desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis deve seguir princípios de design universal, que buscam garantir a inclusão de todos os usuários, independentemente de suas habilidades ou características individuais (Santos, 2016).

De acordo com Vygotsky (1978) os materiais didáticos devem ser projetados levando em

consideração a interação social e o contexto de aprendizagem, de modo a facilitar a construção de conhecimento por meio da interação entre os alunos, os professores e o conteúdo.

O desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis requer uma abordagem centrada no aluno, que considere suas necessidades individuais, preferências de aprendizagem e habilidades e pode envolver a adaptação de materiais existentes, a criação de novos recursos e o uso de tecnologias assistivas para garantir o acesso e a compreensão do conteúdo. Existem diversas estratégias que podem ser utilizadas no desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis:

➤ Uso de linguagem clara e objetiva, evitando jargões e termos técnicos complexos. ➤

Incorporação de elementos visuais, como imagens, gráficos e diagramas, para facilitar a compreensão do conteúdo.

As práticas pedagógicas dos professores... 47

➤ Utilização de recursos multimídia, como vídeos e áudios, para oferecer diferentes modalidades de apresentação do conteúdo.

➤ Adoção de formatos alternativos, como versões em braille, áudio descrição e legendas, para atender às necessidades de alunos com deficiência visual ou auditiva. ➤

Disponibilização de materiais em diferentes plataformas e dispositivos, para garantir o acesso em diferentes contextos e ambientes de aprendizagem.

O uso de materiais didáticos acessíveis traz uma série de benefícios para os alunos, os professores e o ambiente educacional como um todo, entre esses:

➤ Maior inclusão e participação de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou características individuais.

➤ Melhor compreensão e retenção do conteúdo por parte dos alunos, devido à utilização de recursos variados e adaptados.

➤ Promoção da autonomia e independência dos alunos, ao possibilitar que eles acessem e utilizem os materiais de forma autônoma, facilitando o trabalho do professor para atender às necessidades de todos os alunos em sala de aula (Bruno, 2006).

3.2 Comunicação e interação eficaz entre o professor e os alunos com autismo em sala de aula

Para que o processo de ensino-aprendizagem seja eficiente, é essencial que o professor desenvolva estratégias adequadas para estabelecer uma comunicação clara e promover a interação positiva com esses alunos.

A comunicação e interação são essenciais para criar um ambiente de aprendizagem acolhedor. Em alguns casos, esses alunos enfrentam desafios na comunicação verbal e não verbal, bem como na compreensão das interações sociais. Sendo assim, é necessário que o

As práticas pedagógicas dos professores... 48

professor desenvolva habilidades e estratégias para facilitar a comunicação e promover a interação positiva com esses alunos.

Santos (2008) ressalta que a instituição escolar desempenha uma função significativa na avaliação diagnóstica, sendo o primeiro ambiente de interação social para a criança após a separação de sua família. Nesse contexto, é onde a criança enfrenta maiores desafios para se adequar às normas sociais, o que representa um obstáculo especialmente complexo para um indivíduo com autismo.

Segundo Vygotsky (1978), a comunicação desempenha um papel central no desenvolvimento cognitivo e social das crianças. na construção do conhecimento e desenvolvimento das habilidades comunicativas. Para alunos com autismo, essa teoria destaca a necessidade de proporcionar oportunidades de interação social significativa para promover seu desenvolvimento.

Já Rogers (1951) propõe que a interação social é uma habilidade que pode ser ensinada e desenvolvida por meio de intervenções específicas. Segundo o autor é importante o professor criar oportunidades de interação social, proporcionando apoio e feedback adequados para os alunos.

Conforme Praça (2011) as crianças diagnosticadas com autismo frequentemente enfrentam desafios na aquisição apropriada do uso das palavras, no entanto, quando envolvidas em um programa educacional intensivo, observam-se melhorias positivas em suas habilidades linguísticas, motoras, interações sociais e aprendizado.

3.3 Desafios e oportunidades: uma análise crítica das leis da inclusão na educação brasileira

Os desafios que a inclusão tem enfrentado na sociedade brasileira, tem sido notado pela escola e pela sociedade como um todo, especialmente em um país tão diverso como o

Brasil,

As práticas pedagógicas dos professores... 49

onde a garantia de acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos é ainda algo inacessível.

Ao refletir sobre essa problemática, é importante considerar as contribuições de diversos autores brasileiros que têm se dedicado a analisar e discutir essa questão. Um autor fundamental nesse contexto é Freire (1970), cuja obra revolucionária na pedagogia trouxe à tona a importância da educação como instrumento de transformação social. Freire (1970) defendia uma educação libertadora, que valorizasse a diversidade e promovesse a inclusão de todos os indivíduos numa sociedade, na qual a elite tem poder soberano.

Skliar (1998), também aborda a questão da inclusão sob uma perspectiva mais ampla, considerando não apenas as barreiras físicas e cognitivas, mas também as barreiras

sociais e culturais que impedem a plena participação de todos na educação. Skliar (1998) destaca a necessidade de uma educação que reconheça e valorize a diversidade, promovendo o respeito às diferenças e a construção de uma sociedade mais inclusiva.

É importante mencionar ainda as contribuições de Mantoan (2003), que têm se dedicado a pensar estratégias e políticas públicas para promover a inclusão na educação brasileira. Essa autora ressalta a importância da implementação efetiva das leis de inclusão, bem como da formação de professores capacitados para atender às necessidades de todos os alunos, garantindo assim o pleno exercício de seu direito à educação. Nesse sentido, implementar nas escolas as leis que contemplam a inclusão das pessoas com deficiências, faz necessário considerar tanto os avanços conquistados quanto os desafios enfrentados na sua efetivação. Por um lado, essas leis representam um marco na garantia dos direitos das pessoas com deficiência e de outros grupos historicamente excluídos da educação. No entanto, sua implementação esbarra em diversos obstáculos, como a falta de infraestrutura

As práticas pedagógicas dos professores... 50

adequada nas escolas, a carência de recursos e formação dos profissionais da educação, e a persistência de preconceitos e estigmas sociais que dificultam a plena inclusão dos alunos. Nesse sentido, é fundamental que o debate sobre as leis de inclusão na educação brasileira seja acompanhado de ações concretas para superar esses desafios e aproveitar as oportunidades que elas oferecem, incluindo investimentos na formação de professores, na adaptação das escolas e na promoção de uma cultura de respeito à diversidade, capaz de valorizar as diferentes trajetórias e potencialidades de cada aluno. Somente assim será possível construir uma educação inclusiva, que reconheça e acolha a todos de forma igual.

3.4 Inclusão educacional no Brasil: implementação e eficácia das políticas legislativas

Discutir sobre a inclusão escolar, considerando a implementação e eficácia das

políticas legislativas, é fundamental nesse século XXI, como também levar em conta as contribuições de diversos autores brasileiros que têm se dedicado a estudar essa temática complexa. Na perspectiva, Mantoan (2003), para que a inclusão aconteça é importante a implementação efetiva das leis de inclusão, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Brasil, 1996) e a Lei Brasileira de Inclusão -LBI (Brasil, 2015) como um meio de garantir o acesso de todos os alunos à educação.

Facion (2015), analisa as políticas públicas de inclusão educacional sob uma perspectiva crítica, destaca o autor da necessidade de uma abordagem mais ampla, que leve em consideração não apenas as questões relacionadas à acessibilidade física, mas também as barreiras sociais e culturais que impedem a plena participação de todos os alunos na educação.

As práticas pedagógicas dos professores... 51

Dutra e Uhmman (2015), destaca a importância da formação continuada dos professores sendo preciso reconhecer os avanços conquistados, mas também os desafios persistentes que ainda precisam ser enfrentados.

Embora as leis de inclusão representem um importante marco na garantia dos direitos dos alunos com deficiência e de outros grupos historicamente excluídos, sua efetivação esbarra em obstáculos como a falta de investimento em infraestrutura escolar, a carência de recursos humanos qualificados e a resistência cultural à mudança.

Nesse sentido, é fundamental que o debate sobre a inclusão educacional no Brasil seja acompanhado de ações concretas para superar esses desafios e garantir o acesso de todos os alunos à educação de qualidade, o que necessariamente *a priori*, inclui investimentos na formação de professores, na adequação das escolas às necessidades de todos os alunos e na promoção de uma cultura de inclusão e respeito à diversidade em todos os níveis da sociedade.

As práticas pedagógicas dos professores... 52

4 MARCO METODOLÓGICO

A pesquisa enquanto ciência percorre caminhos sistematizados em busca de conhecimento com a finalidade de apresentar soluções a determinadas inquietações de determinado problema. Gil (2008, p.26) esclarece que “o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Para isso, é importante que o pesquisador conheça os diversos tipos de pesquisas para que possa definir os instrumentos e os procedimentos adequados, a fim de obter resultados que satisfaçam o problema e os objetivos da investigação.

A elaboração dos passos para o desenvolvimento da pesquisa e, por conseguinte, alcançar os objetivos propostos é o que irá definir a sua metodologia. No entendimento de Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p.53) “metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa”. Ao planejar e conduzir uma investigação científica, é fundamental que esta se baseie em princípios estruturados, apoiados em métodos e técnicas apropriados que possibilitem estabelecer trajetos predefinidos e, juntamente com o entendimento racional, alcançar o resultado desejado da pesquisa. De acordo com Gil (2008) o método refere-se ao conjunto de processos intelectuais e técnicos empregados para adquirir conhecimento, orientando de forma precisa os caminhos a serem seguidos na pesquisa e direcionando de maneira abrangente as atividades visando a obtenção do entendimento relacionado ao objeto de estudo. Zanella (2013) diz que o “método” vem do grego “méthodos” e é composto de duas palavras: “metá” que significa no meio de; através, entre, acrescida de “odós, que significa *caminho*” (p. 19, grifo nosso). Dessa forma, o pesquisador se apropria desse caminho para proporcionar um desenho investigativo e discorrer sobre o objeto em questão,

considerando uma série de procedimentos, a fim de alcançar os resultados esperados. Nesse caso, o método se refere-se ao conjunto de passos sistemáticos usados para realizar investigações e obter novos conhecimentos, o que inclui geralmente observação, formulação de uma hipótese, experimentação, coleta e análise de dados, e formulação de conclusões. O método científico é uma abordagem geral para investigação, que pode ser aplicada em diferentes áreas do conhecimento (Gil, 2002). Enquanto que a metodologia diz respeito à estrutura teórica e conceitual que guia a aplicação do método científico em uma área específica de estudo (Gil, 2008). Ela inclui os princípios, técnicas e ferramentas específicas utilizadas para realizar a pesquisa em um campo particular e a conexão entre o método e a metodologia no trabalho científico é que a metodologia fornece a estrutura e as diretrizes para a aplicação do método dentro de um contexto específico (Severino, 2018). Assim, a metodologia adapta o método às necessidades e peculiaridades de cada área de estudo, garantindo a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos.

Em relação aos procedimentos, Severino (2007) enfatiza que eles necessitam estar vinculados a um “fundamento epistemológico” (p.100) que possa embasar e nortear os passos da metodologia que vai ser aplicada. Dentre os métodos científicos existentes, optou-se pelo fenomenológico (Zanella, 2019).

Segundo Moreira (2004) a fenomenologia emergiu como uma das correntes filosóficas a partir do século XX, estabelecendo uma conexão íntima com a psicologia. Assim, a abordagem fenomenológica requer que o pesquisador mantenha imparcialidade em suas posturas, a fim de perceber intuitivamente as informações e seus significados que possam surgir durante a investigação do objeto de estudo.

4.1 O problema da investigação

As práticas docentes na sala de aula regular com alunos inclusos, é uma temática que requer um amplo debate, tendo em vista que exige além de adaptações, empatia e afetividade. Por isso, o professor precisa estar muito bem preparado para compreender a complexidade que é esse processo.

Para subsidiar o professor, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, apontam algumas sugestões de práticas pedagógicas, principalmente em relação as adaptações, que são inerentes ao processo inclusivo, ao citar que: “as adaptações se distinguem em dois grupos: as adaptações metodológicas e didáticas e as adaptações nos conteúdos curriculares no processo avaliativo” (Brasil, 1997, p. 36). Tais adaptações deve levar o aluno com deficiência, principalmente com o autismo a melhorar a aprendizagem.

Diante do exposto, faz-se necessário analisar e responder as seguintes questões investigativas: Como as práticas de ensino são planejadas e desenvolvidas pelos professores de alunos com Autismo em Escola Estadual de Ensino Fundamental Médio no Estado do Espírito Santo? De que forma as práticas pedagógicas dos professores da sala regular contribuem para o aprendizado dos alunos com Autismo? De que forma a formação do professor tem contribuído para trabalhar com a inclusão?

Para obter-se respostas a esses questionamentos, o foco central se levanta em torno da seguinte problemática: *Como as práticas pedagógicas do professor do ensino regular influência no aprendizado do aluno com Autismo em uma Estadual de Ensino Fundamental Médio no Estado do Espírito Santo?*

Para Campoy (2018, p. 51, tradução nossa), “o problema é sempre um ponto de partida. É provavelmente a etapa mais importante do processo de investigação, pois envolve várias etapas inter-relacionadas”. Ele estabelece uma proposta inicial de pesquisa que requer a organização de elementos procedimentais, visando responder de maneira

término da investigação, à pergunta que motivou a realização do estudo científico. Ainda com base em Campoy (2018) podemos entender que problema deve ser formulado de forma clara e precisa, para evitar ambiguidades e gerar dúvidas. Ao mesmo tempo, o problema deve ser viável no qual as condições intelectuais, espaciais e de recursos (teórico e de infraestrutura) sejam favoráveis na busca da solução para o problema levantado.

4.2 Objetivos da pesquisa

Os objetivos da pesquisa definem as pretensões a serem atingidas ao final do trabalho de investigação. Para Campoy (2018, p. 69, tradução nossa), “definir o objetivo da pesquisa consiste em dizer de forma clara e concisa o que se pretende obter e o que fazer com os resultados da pesquisa”, enquanto que Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 52) corroboram enfatizando que “objetivo é sinônimo de meta, fim”. Os objetivos delimitam e orientam os passos que o pesquisador deve seguir fielmente, obedecendo a um planejamento metodológico para evitar desvios do tema e, com isso, alcançar as metas pretendidas. Nesse sentido, os objetivos da pesquisa se classificam em geral e específicos. Segundo Campoy (2018, p. 72, tradução nossa) o objetivo geral “constitui a afirmação global sobre o resultado final que se pretende alcançar, deve responder à pergunta de pesquisa e expressar o propósito específico da pesquisa”. Ele destaca o critério no qual o pesquisador concentra o progresso e conclusão da pesquisa. Em relação aos objetivos específicos, o autor esclarece que eles derivam do objetivo geral e são detalhados minuciosamente, com o propósito de concretizar o objetivo geral.

Neste contexto, os objetivos definidos para esta pesquisa foram delineados da seguinte maneira:

4.2.1 Objetivo geral

Analisar as práticas docentes dos professores do ensino regular para os alunos com Autismo em uma Estadual de Ensino Fundamental Médio no Estado do Espírito Santo.

4.2.2 Objetivos específicos

1. Relatar como ocorrem as práticas pedagógicas dos professores para alunos com Autismo;
2. Identificar as adaptações realizadas pelos professores do ensino regular para os alunos com Autismo;
3. Dissertar sobre as possibilidades e os desafios dos alunos com Autismo a desenvolverem competências e habilidades por meio das práticas docentes.

4.3 Contexto espacial e socioeconômico da pesquisa

A pesquisa será realizada no município de Rosa - Serra no Estado do Espírito Santo, que foi criado em 1833, com território desmembrado do município de Vitória, através da resolução do conselho do Governo de 02 de abril de 1833, instalado em 19 de agosto daquele ano e a primeira sessão da Câmara se deu a 20 de agosto de 1833.

O atual distrito do município da Serra, Nova Almeida, era sede do município de mesmo nome, que foi emancipado em 11 de janeiro de 1759 (Livro Tombo de Nova Almeida), por Dom José, Rei de Portugal, com o nome de Nova Almeida, em homenagem a cidade de Almeida em Portugal.

Por volta de 1760 a Câmara de Vereadores de Nova Almeida construiu uma ponte de madeira sobre o canal da passagem, ligando o continente à Ilha de Vitória.

Em 1812, quando o bispo D. José Caetano da Silva Coutinho visitou Nova Almeida, a Câmara de Vereadores era composta só de índios. Em 1819, em outra viagem do bispo D. José Caetano, este observa: “- Nota Bene: esta vila já não é de índios puros, como em 1812, por que dois juízes e alguns vereadores são portugueses”. Outra observação feita pelo bispo D. José Caetano foi que em sua visita à freguesia da Serra, em 1812, constatou: ...Boas águas e bons ares fazem o país saudável, e promete grandes aumentos quando os colonos se puderem estender mais para o interior, o que até agora não têm feito com medo do bugre, ou tapuío, como chamam a todas as raças de gentio do mato, que aqui tem chegado a aparecer e a matar gente bem perto da igreja: e o vigário me disse que há poucos meses enterrara a ossada de um escravo que eles tinham comido" . Quase um ano e meio após a independência do Brasil, que havia sido declarada em 07 de setembro de 1822, foi quando houve as primeiras eleições de vereadores às Câmaras Municipais da Província do Espírito Santo, em 01 de fevereiro de 1824, neste ano, ainda, não houve eleições na Serra, pois, o município não havia sido emancipado.

O município da Serra foi criado, através da resolução do Conselho de Governo, de 02 de abril de 1833, e instalado em 19 de agosto daquele ano, quando era presidente da província do Espírito Santo, o Sr. Manoel José Pires da Silva Pontes. A sua instalação só foi possível, após a cessão de um espaço da casa do vereador eleito, José Simoens da Silva, pois não havia naquela ocasião um prédio para instalar o município, assim, aquele vereador permitiu usar sua residência como Paço Municipal (Casa do Governo Municipal).

Atualmente Rosa- Serra, como município do Espírito Santo apresenta uma variedade de realidades sociais e econômicas, desde áreas urbanas até rurais, com suas particularidades e demandas específicas. Esse município possui 19.532 mil habitantes, segundo o censo realizado em 2010 pelo IBGE, possui área de aproximada de 1.503.049 m².

Com comércio pujante e em constante crescimento, possui excelente estrutura viária, seis praças, um ginásio de esportes, um campo de futebol, agência de correios, banco, estação de tratamento de esgoto, sete escolas, quatro creches e uma excelente estrutura comercial e possui, também, o maior colégio eleitoral do Estado do Espírito Santo.

Figura n.º 3: Lista de escolas do município de Rosa



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA

Escolas Municipais de Ensino Fundamental na Serra[ES] - 2015

EMEF Flor de Cactos	Rua das Orquídeas, s/nº – CEP: 29.172-040	Flo Rosa	3243-2109/3136-8703
EMEF Dr. Hélio Feresz	Rua Rio Madeiro, s/nº – CEP: 29.180-630	Hélio Feresz	3237-1039
EMEF Jardim Bela Vista	Rua Doze, s/nº – CEP: 29.177-870	Jardim Bela Vista	3251-5883
EMEF João Paulo II	Rua Jerônimo Monteiro, s/nº – CEP: 29.181-758	Jardim Carapina	3229-6030
EMEF Padre Gabriel	Rua Presidente Kennedy, s/nº – CEP: 29.180-970	Jardim Carapina	3241-2306
EMEF Herbert de Souza	Travessa Américo Miranda, s/nº – CEP: 29.177-129	Jardim da Serra	3251-5888
EMEF Altair Siqueira Costa	Rua Nelly Lopes Vieira, s/nº – CEP: 29.184-290	Jardim Limoeiro	3338-7640
EMEF Dinorah Pereira Barcelos	Rua Assembleia de Deus, s/nº – CEP: 29.180-020	Jardim Tropical	3338-3337
EMEF Olívia Siqueira	Avenida Central, s/nº – CEP: 29.182-090	Jardim Tropical	3338-1972
EMEF Profª Luz Baptista	Rua 13 de Maio, s/nº – CEP: 29.182-040	Jardim Tropical	3241-2370
EMEF Manoel Carlos Miranda	Rua Angico, s/nº – CEP: 29.182-845	José de Anchieta	3338-9345/3226-1955
EMEF Augusto Ruschi	Rua M, s/nº – CEP: 29.180-420	Manoel Plaza	3229-1791
EMEF Mircara Potrónio Portela	Avenida Jacurim, s/nº – CEP: 29.188-290	Mata da Serra	3341-2077
EMEF Dom José Mauro Bastos	Rua Arpoador, s/nº – CEP: 29.188-840	Maratã de Laranjeiras	3329-6389
EMEF Djanira Maria de Araújo	Rua Elino Miranda, s/nº – CEP: 29.177-210	Nossa Senhora da Conceição	3251-5882
EMEF Janes Farias	Rua Rio Casca, s/nº – CEP: 29.170-890	Nova Carapina I	3347-3424
EMEF Jorge Amado	Rua Lajinha, s/nº – CEP: 29.170-166	Nova Carapina II	3282-1779
EMEF Aurenita Correa Pimental	Rua Inhambu, s/nº – CEP: 29.184-450	Novo Horizonte	3138-8869
EMEF Novo Horizonte	Rua Sanchão, s/nº – CEP: 29.181-841	Novo Horizonte	3338-1850
EMEF Profª Azeo Maria Andrade S. –	Avenida Brasil, nº 150 – CEP: 29.182-332	Novo Horizonte	3338-8088
EMEF Profª Darcy Ribeiro	Avenida Soldado Davalcir Octávio Bispo, s/nº – CEP: 29.182-	Parque das Galvoas	3253-1821
EMEF Dom Heider Pessoa Câmara	Rua Tereza, s/nº – CEP: 29.175-899	Parque Jacarajipe	3252-6641
EMEF Neusa Maria Poyrozio	Rua Ângelo Pretti, nº 530 – CEP: 29.173-451	Parque Jacarajipe	3525-7187
EMEF Governador Carlos Lindenberg	Rua Itabora, s/nº – CEP: 29.166-030	Parque Residencial Mestre	3343-7513
EMEF Iná Dulce	Rua Berlin, s/nº – CEP: 29.171-740	Parque Residencial Tubarão	3341-7550
EMEF Isábrio de Almeida Vidgal	Avenida Cachoeiro de Rapemirim, s/nº – CEP: 29.178-260	Planalto Serrano	3291-6124
EMEF João Calmon	Rua Juiz de Fora, s/nº – CEP: 29.179-520	Planalto Serrano	3251-6884
EMEF Profª Nely da Encarnação Miranda	Avenida Talina Rodrigues Ribeiro, s/nº – CEP: 29.172-038	Portal de Jacarajipe	3243-1167
EMEF Profª Izabela Schneider R. da –	Avenida Brasília, s/nº – CEP: 29.168-600	Porto Canoa	3341-9583
EMEF Valeriana Rosa Cesar	Rua Afonso Claudio, s/nº – CEP: 29.182-407	Reis Magos	3253-2948
EMEF São Diego	Rua Olavo Bilac, s/nº – CEP: 29.163-340	São Diego II	3328-9072
EMEF Profª Maria Magdalena Prua	Avenida Presidente Vargas, nº 66 – CEP: 29.180-031	São Geraldo	3328-8839
EMEF Leonor Miguel Fou Rosa	Rua Maria Pereira Pimentel, s/nº – CEP: 29.182-528	São João	3253-1975
EMEF Senara	Rua São Judas Tadeu, s/nº – CEP: 29.177-080	São Judas Tadeu	3241-5889
EMEF São Marcos	Rua Maciel, s/nº – CEP: 29.175-132	São Marcos II	3251-6887
EMEF Aldary Nunes	Rua Floriano Peixoto, nº 130 – CEP: 29.177-080	Serra Centro	3251-5996/3001
EMEF Centro da Serra	Avenida Getúlio Vargas, nº 141 – CEP: 29.176-090	Serra Centro	3291-7366
EMEF Sônia Regina Gomes Rizenfeld –	Avenida Belo Horizonte, s/nº – CEP: 29.171-090	Serra Dourada I	3341-5585
EMEF Maria Helena Balco Vasconcelos	Rua Parari, nº 29	Serra Dourada III	3281-4067
EMEF Jullie Miranda Freitas	Rua Domingos Martins, nº 1.988 – CEP: 29.182-177	Serraamar	3253-2078
EMEF Profª Estelita Falquetto Gusmann	Rua Alípio Galeno, nº 162 – CEP: 29.172-835	Vila Nova de Colares	3252-2989/3252-2946
EMEF Profª Valéria Maria Miranda	Avenida Colares Junior, nº 124 – CEP: 29.172-810	Vila Nova de Colares	3243-4121
EMEF Profª Rita Líbia Cavaleiro Miguel	Avenida Anacruiz, s/nº – CEP: 29.176-839	Vista da Serra I	3251-5886
EMEF Paulo Freire	Travessa Turmalina, s/nº – CEP: 29.176-790	Vista da Serra II	3251-5885

Fonte: <https://serra.es.gov.br/site/download/1433884450719-5.pdf>

O Estado do Espírito Santo possui localização privilegiada, no meio da costa

brasileira e a menos de 1.000 km dos principais centros produtores e consumidores do País, que juntos respondem por mais de 2/3 do PIB nacional.

As práticas pedagógicas dos professores... 59

4.3.1 Delimitação da pesquisa

A pesquisa será realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marinete Souza Lira (EEEFM), localizada na Rua Vitória Régia - Feu Rosa - Serra no Estado do Espírito Santo.

A EEEFM reflete um contexto social educativo caracterizado por uma diversidade de experiências e desafios. Como parte de uma comunidade específica, a escola é influenciada pelo contexto socioeconômico, cultural e histórico da região em que está inserida. Essa escola reflete a diversidade em seu corpo discente, composto por estudantes provenientes de diferentes origens socioeconômicas e culturais. É uma Instituição que tem trabalhado de forma incansável a questão da inclusão escolar.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Marinete de Souza Lira” foi criada para atender à população do Bairro Pedro Miguel Feu Rosa e comunidades adjacentes que cresceram vertiginosamente impulsionadas pelos processos de industrialização e urbanização da cidade de Serra.

Para contemplar a demanda de alunos em idade para o ingresso no Ensino Fundamental, em 20 de novembro de 1990, a Assembleia Legislativa editou a Lei nº 4.467 que denominou como Professora Marinete de Souza Lira, a Escola de 1º Grau do Bairro das Flores - antigo nome da comunidade de Feu Rosa.

Aproximadamente 10 anos após o início do povoamento, em janeiro de 1991, deu se início às atividades da escola. No início, o bairro tinha como população, muitos cidadãos refugiados do deslizamento ocorrido em Vitória, precisamente do bairro Tabuazeiro (Morro

do Macaco).

As práticas pedagógicas dos professores... 60

Em 1996, a unidade de ensino passou também a ofertar o antigo segundo grau (2º Grau Não Profissionalizante), no noturno, recebendo a denominação de Escola de 1º e 2º Graus “Marinete de Souza Lira” (Portaria “E” nº 3.353, de 05/03/98).

A criação do “Segundo Grau” ganhou sustentação no fato de as escolas do bairro ofertar, somente, o Ensino Fundamental (1ª a 8ª série) e a maioria dos estudantes concludentes desta etapa de ensino demonstrar interesse em continuar seus estudos na própria comunidade. No final do ano letivo de 2000, a escola deixou de oferecer o Ensino Fundamental e, em 2001, passou a contemplar somente a matrícula de alunos para o Ensino Médio.

Com o passar do tempo, novos cursos passaram a fazer parte da organização curricular da escola. Mediante a necessidade de investimentos na formação de cidadãos para o mercado de trabalho e o fato de a escola se localizar próxima a importantes pontos turísticos do Município de Serra, como o Balneário de Jacaraípe, a Igreja dos Reis Magos, dentre outros, percebeu-se a importância da oferta de um Curso Técnico Profissionalizante em Hotelaria e Turismo.

O referido curso foi criado pela Portaria nº 184R, em 10/10/2006 e o início dos trabalhos começou a vigorar em 11/10/2006 - data da aprovação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Na época, foi aberta uma turma no vespertino com 40 alunos e posteriormente outras no noturno. Muitos alunos concludentes deste curso foram encaminhados ao mercado de trabalho, por meio de parcerias estabelecidas com as empresas locais.

No ano de 2007, novas mudanças ocorreram na organização curricular da escola. Em atendimento às normatizações nacionais que substituíam a nomenclatura “Segundo

Grau” para “Ensino Médio” a unidade de ensino passou a ser dominada EEEM “Marinete de Souza

As práticas pedagógicas dos professores... 61

Lira” e em 2009, com o retorno de algumas turmas de Ensino Fundamental (7ª e 8ª séries), no vespertino, recebeu o atual nome: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Marinete de Souza Lira”.

Além dos cursos mencionados, no ano de 2010, começaram as atividades do Curso Técnico em Administração. A criação do curso ganhou sustentação nas políticas públicas estaduais voltadas para a implementação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o fato de a escola ficar localizada próxima à Região Industrial da Grande Civit e do Polo Comercial do Bairro Laranjeiras. Assim, com o Curso Técnico em Administração foi encerrada a oferta de vagas para o Curso de Turismo e Hotelaria. Esses movimentos constituem a história da EEEFM “Marinete de Souza Lira”.

A unidade de ensino busca articular sua ação pedagógica com a comunidade escolar para que os alunos matriculados no ensino fundamental (diurno), no Ensino Médio (diurno e noturno) e no Curso Técnico em Administração (noturno), tenham garantidos o direito de aprender.

Para tanto, preconiza o respeito às diferenças humanas, o reconhecimento de que todas as pessoas têm capacidade de aprender, a escola como espaço de problematização e socialização do conhecimento e a Educação inclusiva como um movimento ético que subsidia a ação pedagógica dos profissionais da escola.

O Conselho de Escola desta instituição de ensino foi criado pela lei nº 5.471, de 23/09/1997, e dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público Estadual pela portaria nº 038-RD 01/06/2001, que estabelece normas para estruturação e funcionamento dos conselhos de escola. É um órgão colegiado, organizado na forma de pessoa jurídica de

direito privado, sendo uma associação civil sem fins lucrativos. Este é formado por representantes dos segmentos da comunidade escolar e local, constituindo-se num centro

As práticas pedagógicas dos professores... 62

permanente de debates e órgão articulador de todos os setores escolares e comunitários, tendo prazo de duração determinado pela portaria vigente.

A partir de 12/06/2002, conforme portaria 055-R, as unidades escolares que integravam a rede estadual de ensino foram classificadas de acordo com o nível de ensino ofertado com uma nova denominação, passando de Escola de 1º e 2º Graus para Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio. Ficando assim denominada Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "Marinete de Souza Lira".

Atualmente a escola atende o Ensino Fundamental no turno vespertino, o Ensino Médio nos turnos matutino, vespertino e noturno e Técnico Subsequente em Administração no turno noturno. O público que a instituição atende possui nível sócio econômico baixo ou médio. A procura por curso técnico acontece principalmente por alunos, ex-alunos e/ou familiares de alunos ou de funcionários.

O bairro onde a escola está localizada se destaca negativamente pelo número de adolescentes e/ou jovens envolvidos no tráfico e que por consequência aumentam o índice de vítimas fatais nesta faixa etária. Atualmente a escola tem sido acompanhada pelo Governo do Estado de Ação Estratégica que desenvolve ações que busquem minimizar a violência nesta faixa etária. Embora o bairro tenha “fama” de violento, a Escola tem sido bem vista e procurada por pais da comunidade e adjacências que atribuem a escolha à confiança na unidade de ensino.

É importante relatar que no ato de matrícula os pais definem os filhos como “pardos”, mesmo sendo negros, o que provavelmente está atribuído ao “racismo”, que perpassa os muros da escola e exige um trabalho também de identidade e valorização do

ser.

A maior parte do público que a unidade de ensino atende é simples, muitas famílias dependem de programas sociais como o “Bolsa Família” do Governo Federal e/ou “Aluguel